

O PROGRAMA ESPAÇO AMIGO NA ÓTICA DA FAMÍLIA

ANTONIA APARECIDA VALE*
MARCIA ANGELICA PAZETTO**
GERCELEY PACCOLA MINETTO***

RESUMO

Esse estudo tem como finalidade verificar os motivos que levam os pais a inserção dos filhos no programa Espaço Amigo, no município de Iacanga, Estado de São Paulo, no período de fevereiro a outubro de 2008. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa e a técnica de coleta de dados foi a observação e a entrevista semi-estruturada num formulário, contendo perguntas abertas e fechadas. O universo da pesquisa foram as 60 famílias inseridas no programa Espaço Amigo, das quais, 40% constituíram a amostragem, totalizando 24 famílias. Os resultados demonstram que são famílias pobres, muitas chefiadas por mulheres com até cinco filhos. Reconhecem que o programa é um local seguro e saudável para se deixar os filhos, além de oferecer melhor qualidade de vida aos mesmos. Conclui-se que o programa Espaço Amigo oferece educação de qualidade, é um lugar de vida, alegria e, sobretudo de sucesso e realização pessoal para as crianças. Isentam os pais da responsabilidade de educar e acompanhar a educação formal dos filhos e almejam do Serviço Social, atividades que lhes possibilitem maior rentabilidade.

Palavras-chave: Espaço Amigo. Família. Educação.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

** Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

***Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1982) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora da graduação e pós graduação do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru-Mantido pela Instituição Toledo de Ensino

ABSTRACT

This research aims to investigate the reasons that make the parents to insert their children in the program "Espaco Amigo" in Iacanga, Sao Paulo, in the period from February to October, 2008. This is a qualitative and quantitative research and the method of data collection, is the observation and semi structured interviews, that contains open and close questions. The research universe is the 60 families that are inserted in the program "Espaco Amigo", of which, 40% constitutes the sample, totalizing 24 families. The results demonstrate that they are poor families, many of them commanded by women with up to five children each. They recognize that the program is local safe place to leave their children, as well as it offers a better quality of life for them. It can be concluded that the program "Espaco Amigo" offers a high quality education, is a lively place, and joyful and overall a place of success and personal achievement for the children. It exempts the parents from the responsibility of educating and following the formal education of their children.

KEY-WORDS: ESPACO AMIGO. FAMILY. EDUCATION

1 INTRODUÇÃO

A família enquanto forma específica de agregação tem uma dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento sócio econômico e pelo impacto da ação do Estado através de suas políticas econômicas e programas sociais.

Ela é percebida não como simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim, como um processo integrante da vida e das trajetórias individuais de cada componente. A família, a comunidade e a sociedade civil devem participar amplamente da elaboração de alternativas, priorizando o apoio à família para que ela possa cumprir com suas funções.

A família é de suma importância para o desenvolvimento do ser humano, se percebe que ela vem se modificando e se estruturando continuamente, pois é na família que se recebe as primeiras noções de vida social, e também, é através dela que se adquire a cultura, o conhecimento dos direitos e deveres, e a formação dos primeiros juízos, daí seu papel fundamental na educação formal e informal dos indivíduos, é através dela que se estabelece, ao longo da história, a construção e transformação de valores sociais, psicológicos e culturais.

Os programas sociais são entendidos como prestação de serviço à saúde, educação ou assistência social para promover a mudança individual ou social. O Programa “Espaço Amigo” é um Programa de Proteção Social Básica da Assistência Social, que atende crianças de 7 a 12 anos, com o objetivo de oferecer atividades complementares à escola e apoio psicossocial e sócio familiar às crianças que se encontram em situação de risco social ou pessoal. Preferencialmente, aos residentes em área geográficas consideradas focos de exclusão social.

O Departamento de Assistência Social do município de Iacanga, tem como meta oferecer apoio escolar; apropriação de novas tecnologias; desenvolvimento de habilidade para a vida; educação para a cidadania; cultura, esporte e lazer e, ações sócio-educativas para as famílias vulnerabilizadas.

Diante da realidade em que se vive, cujo quadro de miserabilidade e exclusão social é muito grande, a educação dos filhos acaba sendo prejudicada, uma vez que a família é a responsável, e mediante tantas alterações esta acaba sendo afetada, pois, no cotidiano de muitas delas há falta de interesse por parte dos pais pela vida dos filhos, por diferentes motivos: abandono, trabalho, falta de cultura ou despreparo, ou irresponsabilidade mesmo.

Entretanto, esse estudo tem como meta, descobrir, especificamente, quais os motivos que levam os pais à inserção dos filhos no Programa “Espaço Amigo”. Mediante tal

indagação é que se propôs como objetivo geral: desvendar os motivos que levam os pais a buscarem o Programa “Espaço Amigo” do Departamento de Assistência Social, no município de Iacanga, estado de São Paulo, bem como verificar a importância do Serviço Social nessa realidade. Os objetivos específicos são: Identificar o perfil das famílias que buscam o Programa “Espaço Amigo;” verificar a importância do Programa “Espaço Amigo” na vida das famílias; revelar as mudanças ocorridas na vida dos filhos, após inserção no Programa “Espaço Amigo” e, evidenciar a importância do Serviço Social no Programa “Espaço Amigo”.

O interesse pelo estudo se deu pelo fato das pesquisadoras trabalharem junto ao Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Iacanga e também, em cumprirem o estágio exigido pela faculdade de Serviço Social junto ao programa supra citado.

O estudo se dá numa abordagem quali-quantitativa, devido à predominância da subjetividade dos sujeitos no processo de coleta de informações, cujo objeto a ser conhecido é o programa Espaço amigo na ótica dos pais. Já a abordagem quantitativa evidenciará os dados objetivos da realidade dos sujeitos, complementando, os dados subjetivos. Utiliza-se como instrumental para a coleta de dados a observação sistemática, que é um instrumental fundamental no processo de conhecimento e a entrevista, alicerçada num formulário, aplicado junto aos sujeitos, contendo perguntas abertas e fechadas.

O cotidiano das famílias vulnerabilizadas, cuja situação sócio-econômica é precária, favorece, os conflitos familiares, e, conseqüentemente, a violência doméstica, fazendo com que pais busquem o Programa Espaço Amigo como alternativa para que as crianças não fiquem na rua à mercê de riscos sociais como: más companhias, criminalidade, evasão escolar, drogadição, entre outros.

Muitos pais ou responsáveis trabalham formal ou informalmente, para manter a subsistência da família. Portanto, não possuem condições suficientes para educá-los, em condições saudáveis para seu desenvolvimento, daí acreditam que o Programa “Espaço Amigo” oferece aos participantes condições de exercer a cidadania, por meio de uma educação de qualidade e é um lugar que oferece disciplina, rotina, alegria e, sobretudo, sucesso e realização pessoal para as crianças, além de propor atrativos e estímulos para a participação. E, ao inserir os filhos no Programa “Espaço Amigo”, transferem para os profissionais do Programa, o papel da família na educação básica de seus filhos, indo desde as boas maneiras até a responsabilidade de todo o acompanhamento da vida do filho, como o processo da educação sistematizada e as questões da relação escola X família entre outras, e o Serviço Social é aquele que “ajuda” nessas ações.

As análises dos resultados são fundamentadas em teorias que subsidiam o estudo, sendo organizada em quatro eixos: O primeiro eixo trata do Perfil dos sujeitos; no segundo, A

importância do programa Espaço Amigo; no terceiro eixo discute as Mudanças ocorridas na vida dos filhos e, finalmente, aponta-se a importância do Serviço Social no programa Espaço Amigo.

Entende-se que o estudo tem relevância para o Serviço Social frente à realidade da região atendida pelo Departamento de Assistência Social do município de Iacanga, uma vez que se depara com diversas expressões da questão social e esse resultado possibilitará um trabalho mais focado no interesse dos usuários, facilitando o acesso desses aos espaços e serviços públicos disponíveis na cidade.

Ainda, para o profissional de Serviço Social contribui no sentido de reflexão sobre as condições de vulnerabilidade dessas famílias, possibilitando ações que atendam as reais necessidades dos usuários.

O estudo está subdividido em cinco itens, sendo que o primeiro trata da introdução, o segundo aborda o papel da família na educação dos filhos numa sociedade contemporânea e excludente, esclarecendo o neoliberalismo e a globalização da sociedade brasileira na contemporaneidade, conectando a família e seu papel na educação dos filhos, a pobreza e a exclusão social junto as famílias brasileiras.

O terceiro item elucida os programas sócio-educativos e a importância do Serviço Social, apontando a ação profissional, o SUAS e os programas sociais.

Já no quarto item, traz o cenário e o caminho da pesquisa, sua metodologia, sujeitos, etc bem como a apresentação e a análise dos dados coletados, objetivando subsidiar a reflexão sobre o programa Espaço Amigo e as mudanças ocorridas na vida dos filhos e a importância do Serviço Social no programa Espaço Amigo.

E por fim, no quinto item, se tem a conclusão e as sugestões desse trabalho, possibilitadas pelos resultados da pesquisa de campo.

2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS NUMA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E EXCLUDENTE.

2.1 Contextualizando a sociedade brasileira na contemporaneidade.

O sistema econômico em vigência é o neoliberalismo, definido como uma política adotada pelos governantes, visando principalmente à abertura do mercado, isto é, a globalização da economia.

Sodré (1996, p. 18) coloca que:

[...] do ventre da globalização, surgiu aquilo que ficou conhecido como neoliberalismo. O neoliberalismo foi, pois, a bandeira com que os novos profetas passaram a pregar a nova religião, nascida dos escombros, da ruína e das cinzas do mundo dividido primeira criação do mundo unificado, aquela que, no fim de contas, definiria o fim da história.

Conforme cita Teixeira (1998) o neoliberalismo nasceu logo depois da Segunda Guerra Mundial, nos principais países do mundo do capitalismo maduro. Foi uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado, sendo a principal força estruturadora do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento. Os neoliberais passaram a atacar qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do estado, denunciando tal limitação como uma ameaça letal à liberdade econômica e política.

Embora tenha surgido como uma reação veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar, ele nasce como um fenômeno de alcance mundial.

Segundo Almeida (1997, p.33) o termo Neoliberalismo se divide em Neo, quer dizer novo e Liberalismo, se refere ao pensamento que serviu de base ao capitalismo desde seu principio e que está baseado no individualismo e na liberdade de empresa. Novo, porque ressurgiu depois de 40 anos, nos quais se praticou outro tipo de política econômica, na qual o Estado intervinha de maneira considerável em todos os âmbitos da economia, inspirados na teoria Keynesiana, a qual defendia que para a economia se manter em equilíbrio e empregar todos os recursos são necessários que o Estado interfira.

As políticas neoliberais começaram a ser implementadas de forma intensa no final da década de 70, na Inglaterra e nos Estados Unidos, já durante a década de 80, o receituário neoliberal tornou-se hegemônico no mundo globalizado e o resultado desse tipo de política é cultuado como melhor prova da sua adequação às novas condições.

Carcanholo (1997, p.201) discorre sobre o assunto pontuando que:

Um balanço das políticas neoliberais demonstra, portanto que eles conseguiram reduzir a inflação, mas o custo que isso proporcionou é sentido até hoje: elevados níveis de desemprego, concentração de renda, redução das taxas de crescimento.

Atualmente, se vê na sociedade brasileira que a política neoliberal produziu um elevado nível de desemprego e uma impressionante concentração de renda, afetando ainda o crescimento econômico que passa a diminuir gradativamente.

O Brasil apresenta uma sociedade que se constitui em modelo de desigualdade. Sendo a concentração de renda um fenômeno mundial e assinalando apenas a crise do capitalismo, procura reordenar o mundo de acordo com os interesses dos que detêm a maior parcela do capital. As populações famintas caminham em busca do trabalho, com as ondas de migrações inéditas na história, gerando conflitos por toda parte. No chamado primeiro mundo nota-se um quadro de vulnerabilidade e de degradação inclusive dos costumes, deparando-se com o desemprego de famílias, de mulheres e muitos chefes família, sentem a degradação deste mundo e ausência de perspectiva para eles mesmos. O neoliberalismo tem sido a fórmula mágica com que o mundo, o primeiro fundado em crise, tenta transferir ao terceiro, os seus problemas.

O principal objetivo do neoliberalismo é a maximização dos lucros dos empresários (lucro econômico) e estes critérios estão submetidos todas as necessidades sociais para essa corrente, as satisfações das necessidades sociais não contam.

Então, como características marcantes desta política pode-se citar as privatizações, pretende-se privatizar todas as Estatais, como já está acontecendo em muitos lugares e no Brasil, como: os sistemas telecomunicações, transporte e até a saúde, mas na verdade, outras políticas sociais que garantam direitos dos cidadãos estão sendo sucateada, logo, a população cada vez mais tem seu direito negado, para garanti-lo deve-se “provar a miserabilidade”.

A teoria neoliberal procura mostrar o mercado como um mecanismo insuperável para estruturar e coordenar as decisões de produção investimento sociais, sendo um mecanismo indispensável para solucionar os problemas de emprego e renda na sociedade (TEIXEIRA, 1998, p.195-196).

Os trabalhadores são os mais afetados, pois, busca-se a eliminação dos direitos trabalhistas, impõem-se fortes restrições salariais, o desemprego crescente, a economia informal cresce e passa a ser o último refúgio de parcelas enormes da população mundial. A expansão da acumulação do capital passou a exigir um número cada vez maior de

desempregados.

A subsistência da família está cansada e destruída, inclusive pela destruição incontrolada da natureza que, em longo prazo, torna impossível qualquer satisfação de necessidades. O critério de rentabilidade do sistema capitalista de produção tende, portanto, ao desequilíbrio econômico-social da destruição dos rendimentos e do emprego.

As praticas neoliberais estão dando prova de que são incompatíveis com a busca de uma sociedade democrática e justa, visando uma relação sócia econômica não recíproca entre estado brasileiro e seus cidadão, pois, o Neoliberalismo é puro capitalismo, revestido de modernidade, pôr isso mesmo é que nele produz sobre uma contrapartida da pobreza e miséria.

A globalização é um processo, um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial cujos sintomas se fizeram sentir mais fortemente na ultima década, mas que precede em muito.

Ianni (1995 p.32) considerando que:

Em termos gerais, pode-se descrever a globalização como a integração dos mercados sob o controle das grandes empresas transnacionais. Os estados nacionais acabam com as barreiras tarifarias que protegiam suas indústrias de concorrência externa, abrem-se ao comercio e aos capitais internacionais. As grandes corporações transnacionais pulverizam sua produção.

Percebe-se que as transações comerciais não têm limites, dessa forma auxiliadas pela facilidade de transportes e comunicações, as empresas buscam mão-de-obra e materiais onde seja mais baratas, transferindo empresas para os países cujos salários são mais baixos, a legislação trabalhista são fracos e os incentivos fiscais são abundantes. Isso provoca desemprego nos países ricos, cujos trabalhadores ganham salários melhores e a legislação trabalhista lhes garante benefícios e segurança.

Na época da globalização propriamente dita do capitalismo, o que se concretiza com o fim da guerra fria, ou a desagregação do bloco soviético, é a adoção da economia do mercado, por praticamente todas as nações do ex- mundo socialista ocorreu uma transformação quantitativa e qualitativa do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório.

Ianni (1995, p.40) diz ainda que:

São vários e encadeados os processos que caracterizam a globalização do capitalismo, desde a acumulação originaria a concentração e centralização do capital do desenvolvimento e a modernização das relações de produção; da nova divisão internacional do trabalho e da produção à constituição do mercado mundial; influenciando ou

articulando mercados nacionais e regionais; das formas singulares do capital ao capital em geral.

A medida que se desenvolve o capitalismo pela dinamização, pela generalização das forças produtivas e, das relações de produção, o capitalismo em geral, adquire maior relevância, influenciando cada vez mais as condições e possibilidades dos capitais singulares e particulares, em âmbitos nacionais e setorial, regional e internacional.

Conforme Singer (1987, p.57) aponta:

Nesse sentido é que a globalização do capitalismo pode ser vista como produto e condição do capital em geral, no qual se multiplicam todas as outras formas de capital.

Assim, no mundo capitalista, a instabilidade é recorrente, causada por fatores inerentes ao modo de produção. Numa fase de crise ou depressão, boas colheitas, por exemplo, tendem a agravar a super produção, em vez de contribuir para recuperar a economia. A crise contrapõe a abundância de recursos, penúria de produtos, surge o espetáculo recorrente de fábricas parada, matérias - primas sobrando, trabalhadores desempregados, enquanto que grande parte da população não pode satisfazer suas necessidades básicas, tem sido um dos grandes enigmas a desafiar a angustia dos estudiosos” (SINGER, 1987, p.58).

Efetivamente, os custos mais baixos e a flexibilidade nos contratos de trabalho e nas produções (derivados da subconcentração) determinam uma melhor adaptação ao heterogêneo e variante no mercado de trabalho de um modo global, as empresas podem responder as demandas diversas em quantidade e qualidade dos mercados em diferentes países.

Neste sentido, a relação de subcontratação de empresas permite algo inédito na historia da produção, a globalização da produção. Assim, hoje se pode produzir (de fato assim se faz) uma mercadoria montando peças fabricadas em vários países, por meio de subcontratação de empresas.

Desta forma, algumas empresas ingressam em toda concorrência de mercado mundial em melhores condições, preços, produtos adequados as particularidades de cada mercado e, com melhores níveis de produtividades, dando espaço a mecanismos computadorizados, cuja mão- de –obra dos funcionários acaba sendo inúteis a aquela empresa.

As transformações ocorridas no desenrolar dos tempos no mundo do trabalho refletem seus efeitos nos dias atuais na vida dos trabalhadores como considera Ferrari (1998, p.23):

O trabalho, se por um lado, deu ao homem algum tipo de poder, por outro, tornou importante diante de um enorme instrumental que o obriga a pensar em por a salvo a própria existência humana.

Nota-se que a Revolução Industrial, expressão do poder da burguesia em expansão, provocou mudanças sem precedentes na história, sendo um dos primeiros marcos significativos das mudanças nos processos de trabalho.

Todos esses processos afetam as condições de vida e de trabalho, da classe que vive para o trabalho, causando mudanças também nas suas formas de organização política, enfraquecendo a reestruturação produtiva, sendo que esta vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal.

Com a Revolução Industrial a ciência e a técnica tornam-se aliadas, provocando modificações no ambiente humano jamais suspeitas. Antes do advento da máquina a vapor, usava-se a energia natural e, por mais que houvesse diferenças de técnicas adotadas pelos diversos povos, através dos tempos, nunca houve alterações tão cruciais como as que decorrem desta revolução (CARMO, 1992, p.16)

Após a implantação do maquinismo, houve o confinamento do operário nas fábricas e seu conseqüente assalariado, surgindo então, a nova classe do proletariado, submetida ao sistema hierárquico fabril, ao trabalho manual separado do trabalho intelectual.

Nos sistemas domésticos, de manufatura, o trabalhador conhecia todas as etapas da produção, com o surgimento do sistema fabril, isso não é mais possível devido ao crescimento e complexidade resultante da divisão do trabalho.

No final do século XIX, o fator humano passa a merecer mais atenção, não por um inesperado humanismo, mas porque o homem já não acompanhava o ritmo desejado da produção.

A expressão teórica do processo de trabalho parcelado e levado a efeito por Frederick Taylor (1856-1915) cuja corrente de pensamento passou a ser denominada taylorismo, parte da crença de que o homem é compelido ao trabalho não porque goste, mas por ser ele um recurso à sobrevivência, e assim, sua única motivação são as recompensas econômicas e materiais. O trabalho é visto somente como um ato, exercício de sobrevivência, não como um ato existencial. A preocupação maior é a desordem com que é feito o trabalho quando deixado inteiramente nas mãos dos operários. Nesse sentido, aplicação de suas idéias visa acentuar de vez, sua separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual no interior do processo produtivo.

O operário realiza sua tarefa individualmente, com atividades distintas daquelas do operário vizinho, e elimina-se o trabalho em grupo, que era considerado pela queda de produção (CARMO, 1992, p.43).

Esse sistema de simplificação de tarefas fez com que os operários se tornassem não qualificados, e conseqüentemente, os salários fossem bem menores.

A divisão do trabalho foi intensificada no início do século XX por Henry Ford (1863-1947) introduzindo o sistema de linha de montagem automobilística (fordismo) segundo a trilha aberta por Taylor.

O fordismo qualifica-se, portanto, pela articulação entre um “regime de acumulação” (taylorista) e um “modo de regulação” da repartição dos ganhos de produtividade. É este último que explicita e valorizam a ambivalência dos salários como fatores de custo e vetores da demanda. Pois, o cerne do mecanismo fordista, encontra-se na dinâmica dos ganhos de produtividade, da qual depende o crescimento simultâneo, independente da acumulação dos salários reais. São, portanto, as formas institucionais de regulação da relação salarial que qualifica as tarefas do Estado regulador – intervencionista (COCCO, 2000, p.64)

As atividades repetitivas e o tédio de um trabalho, no qual os operários passavam a maior parte do tempo calado, faziam com que os trabalhadores não suportassem por muito tempo essa atividade.

Segundo Antunes (1996, p.79) a década de 80 foi uma década de grande salto tecnológico, na qual o mundo do trabalho vivenciou uma revolução técnica no interior do capitalismo, sendo que a automação, a robótica, a microeletrônica são as expressões por excelência, fez com que o modelo de produção, fundado no binômio fordismo/taylorismo, que tanto particularizou o capitalismo do século XX, fosse mesclado, substituído por outro. A experiência japonesa, o chamado toytismo, talvez sintetize com mais riqueza esse modo alternativo de produção, do capital nos dias atuais, explicitando em que medida ele altera, mescla transforma, esse padrão taylorista e fordista dominante.

Dentre os aspectos que caracterizam o chamado toyotismo, origina-se com a necessidade de destruir o sindicalismo de classe lá existente, instaurando um sistema produtivo, que gradativamente se insira numa produção nitidamente sintonizada com uma demanda e com um processamento diretamente ligado a esse fluxo, distanciada daquele sistema de produção em série, em larga escala, própria do fordismo. Esse sistema visa responder de imediata e diretamente, às demandas que são colocadas e que possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo; de modo que se tem um sistema chamado de produção ou acumulação flexível (AVANTE, 2001 p.24).

Sendo o toytismo um sistema de produção flexível supõe direitos dos trabalhos também flexíveis, pois essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas, necessita de trabalhadores disponíveis, de trabalho parcial, de trabalho de terceiros e do trabalho precário, ocorrendo dessa forma subtrabalho, uma subproletarização dos trabalhadores, de modo que flexibiliza e dá efetividade a um modo de produção.

Como pontua Carvalho (1996, p.12) atualmente o mercado de trabalho passa por uma profunda revolução. O motor das transformações no campo de trabalho é a modernização.

Resulta-se dessas transformações a expansão do desemprego estrutural e tecnológico que atinge todas as sociedades.

A humanidade no decorrer dos séculos alcançou uma liberdade enorme em todos os níveis da vida social, o mundo se tornou uma grande aldeia global, onde tudo aquilo que estava muito longe e desconhecido se tornou conhecido. A distancia de um continente para o outro foram reduzidos e com a revolução da comunicação, da internet entre outros fatores, fez com que se conheça o mundo de casa.

Iamamoto (2001, p.27) ressalta que:

A produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa duvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência do Estado e dos Governos.

Logo, a globalização por um lado acessibiliza os produtos para todos os países e desde a década de 70 é que se conhece o fenômeno da globalização, que segundo dicionário, a define como um: fenômeno econômico observado na atualidade que consiste na maior integração entre os mercados produtores e consumidores de diversos países e, hoje mais do que nunca em seu pleno desenvolvimento.

Sobre o fenômeno da globalização Iamamoto (2001, p.18) destaca que:

É no contexto da globalização mundial sobre a hegemonia do grande capital financeiro, da aliança entre o capital bancário e o capital industrial, que se testemunha a revolução técnica-científica de base microeletrônica, instaurando novos padrões de produzir e gerir o trabalho. Ao mesmo tempo, reduz-se a demanda de trabalho, amplia-se a população sobrando para as necessidades media do próprio capital, fazendo crescer a exclusão social, econômica, política, cultural de homens, jovens, crianças, mulheres das classes subalternas, hoje alvo da violência, institucionalizada. Exclusão social esta que se torna, contraditoriamente, o produto do desenvolvimento do trabalho coletivo. Em outros termos, a pauperização e a exclusão são a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dos meios de comunicação, da produção e do mercado globalizado.

Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre trabalho coletivo e apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho – está na origem do fato de que o desenvolvimento na sociedade redonda, de um lado, há uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à sociedade, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porem, do outro lado e na sua contra-face, faz crescer a distancia entre a concentração/acumulação de capital de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população, até mesmo nos considerados países de primeiro mundo, comenta Iamamoto (2001, p.27).

A crescente competitividade desse mercado capitalista exige qualidade dos produtos para garantir a rentabilidade da produção. O que leva a se falar cada vez mais em qualidade total, processo de produção com qualidade, apresentada com qualidade das condições de trabalho e qualidade de vida, porem, de fato, objetiva-se a rentabilidade do capital investido, voltada para o trabalhador produzir mais e com menor custo, para gerar maior lucratividade.

Junto à questão da qualidade segue o fenômeno da terceirização, com o enxugamento da mão de obra trabalhadora, efetuando, consideravelmente, as condições de vida do trabalho conjunto da força de trabalho, reduzindo ou eliminando direitos sociais, rebaixando salários, estabelecendo contratos temporários, o que afeta profundamente as fases de defesa do trabalho conquistado.

Iamamoto (2001, p. 32) ainda destaca que:

Surge, neste contexto, o trabalhador polivalente, aquele que é chamado a exercer varias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário. Como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas. O trabalhador deixa de ser um trabalhador “especializado” – e também o assistente social – sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições.

Esse processo de modernização da produção recria antigas formas de trabalho, como o trabalho a domicilio, o trabalho familiar, o não reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas e fundamentalmente um maior índice de desemprego estrutural. Trabalhar com mais eficiência, com moderna tecnologia e alta qualificação da força de trabalho nos setores de ponta da economia, implica uma redução da demanda de trabalhadores e expulsão de mão – de – obra. Vive-se uma terceira revolução industrial.

Portanto, as transformações no mundo do trabalho devem-se as profundas mudanças na Reforma do Estado, com vistas à política neoliberal e a globalização. A sua implantação, nas políticas governamentais, faz com que ocorra a minimização do Estado na esfera social para investir na esfera econômica- do capital.

Hoje, há que considerar que a população está à frente às modificações no mundo do

trabalho, do processo de globalização da economia, do desenvolvimento tecnológico, o qual substitui a mão-de-obra pela máquina, pelo robô, pelo computador, que com seus sofisticados programas, assumem comandos antes desempenhados pelo homem. A flexibilização no mercado e na economia, ocorridas ou que foram impostas à reestruturação produtiva, enfraqueceram trazendo como consequência para a classe trabalhadora o desemprego, a precarização das relações de trabalho, queda na sindicalização, enfraquecimento do sistema sindical pela cooptação e fragmentação dessa mesma classe.

Frente a essa realidade percebe-se a pobreza e a exclusão social que assola toda a sociedade e junto com ela interfere no contexto familiar, assunto abordado no próximo item.

2.2 A família e seu papel na educação dos filhos.

Não se pode afirmar com certeza quando se originaram os primeiros atos que configuraram o início contundente desse grupo social, denominado “família”. Existem diversas teorias que têm por objetivo, definir quando apareceram os primeiros sinais de formação da entidade familiar.

De acordo com Prado (1988, p.51) o termo família:

Se origina do latim *famulus* que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados família Greco-romana, compunha-se de um patriarca e seus *famulus*: esposa, filhos, servos livres e escravos.

Até os anos 60, a sociedade era patriarcal, ou seja, o homem ocupava a posição de “provedor do lar”: era ele quem trabalhava para sustentar a família e quem tomava todas as decisões importantes. Já a mulher era incumbida uma função inferior. Em geral, os homens não demonstravam seus sentimentos em relação aos filhos, pois isso era sinal de fragilidade. Eles acabavam se tornando muito ausentes, e sua participação na educação dos pequenos se limitava apenas a dar ordens e impor disciplina.

Hoje em dia, felizmente, essa realidade mudou. O homem percebeu que criar vínculos afetivos fortes com seus filhos é extremamente positivo, não só para as crianças como para eles mesmos, participação e afeto fazem parte de uma educação saudável.

A Família, na sociedade contemporânea, representa um grupo social primário, que influencia e que é influenciado por outras pessoas e instituições.

Pode-se então, definir família como um conjunto invisível de exigência funcional que

organiza a interação da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. A família unida por laços capazes de manter os membros moralmente, maternamente e reciprocamente, durante uma vida e durante as gerações.

Kaloustian (2002, p. 11) afirma que:

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando.

Desse modo, os valores tradicionais e os modernos passam a coexistir na sociedade brasileira. Atualmente a família brasileira, por consequência das alterações da própria dinâmica da sociedade, vem passando por sensíveis mudanças. O desenvolvimento industrial, a urbanização, as correntes migratórias, as alterações na divisão sexual do trabalho e o surgimento de uma nova moral sexual seriam responsáveis por essas mudanças.

Falar na família brasileira, de modo geral, é uma tarefa complicada, pois existem estruturas familiares coexistindo dentro da sociedade, com diferente especificidade. Há famílias operárias burguesas, as que moram no campo, as de cidades pequenas, de grandes metrópoles, famílias indígenas entre outras. Apesar de toda essa diversidade interna, é possível estabelecer alguns traços predominantes, sobretudo com relação às famílias vinculadas aos grandes centros urbanos.

Inúmeras são as influências do ambiente social para a formação da personalidade humana. Inegavelmente, a família é a mais importante de todas. É ela que proporciona as recompensas e punições, cujo intermédio são adquiridos as principais respostas para os primeiros obstáculos da vida. É instituto no qual a pessoa humana encontra amparo irrestrito, fonte da sua própria felicidade.

Os membros integrantes da família (pai, irmão, avós... etc.) moldam o ser humano, contribuindo para a formação do futuro adulto. O grupo familiar tem sua função social e é determinado por necessidades sociais. Ele deve garantir o provimento das crianças, para que elas, na idade adulta, exerçam atividades produtivas para a própria sociedade, e deve educá-las, para que elas tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem. Tanto assim que a organização familiar muda no decorrer da história do homem, é alterada em função das mudanças sociais.

A evolução da sociedade é fator determinante para as transformações da família; tanto é verdade que em pleno século xx, com as metamorfoses sociais que o planeta demonstra, tornar-se-ia inconcebível raciocinar de modo a pensar que a família seria formada apenas através das núpcias.

Nesse sentido, entende-se que a família não é apenas uma instituição de origem biológica, mas, sobretudo, um organismo com nítidos caracteres culturais e sociais.

Kaloustian (2002, p. 14) cita que:

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrario, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.

As famílias contemporâneas, que é oriunda da família burguesa, é denominada por neo-burguesa. Áries (1981, p.271) considera que se nota certa indiferença dos pais em relação aos filhos. Os pais têm mais complacência e empatia deixando os filhos criar seu próprio ritmo.

O autor ainda afirma que os valores burgueses foram intensificados na família contemporânea, porém, algumas mudanças na sociedade refletem a situação desta, como por exemplo: a valorização da mulher no mercado de trabalho, a divisão das responsabilidades, nas funções dos papéis sexuais e do casamento, a violência urbana, união de homossexuais, preconceitos, os movimentos políticos e ideológicos. Todas essas mudanças começaram na família burguesa e criaram força para nortear a família contemporânea. A família com o tempo deixou de ser anucleada e passou a ser nucleada.

Na família contemporânea, vê-se uma distorção do que é imaginado como característica dela. Imaginava-se uma família contemporânea, com características da burguesa, que fosse um núcleo unido, porém, estudos mostram que houve uma mudança nessa perspectiva.

Logo, a família é, sem duvida, uma instituição que sofre extraordinárias pressões econômicas e culturais na sociedade. Os seus formatos encontram-se submetidos a processos de mudança, sobretudo nas metrópoles.

A família tem importância fundamental na socialização da criança, garantindo a ela a sobrevivência e a proteção integral de seus direitos, desempenhando suas ações através de seus padrões, papéis e regras, sendo esta o primeiro e mais importante socializador para a criança e o adolescente. A família é a primeira unidade com a qual a criança tem contato contínuo e o primeiro contexto na qual desenvolvem seus padrões de socialização.

As primeiras experiências familiares é o nascimento, e a própria mãe comunica a criança seus sentimentos tais como amor, ódio, confiança, ansiedade, medo, e, todos esses sentimentos têm um grande efeito perante a personalidade em longo prazo. Contudo, o tipo de personalidade está intimamente relacionado ao processo de socialização.

É na família que a criança recebe orientações e estímulos para a inserção sadia na fase adulta dada a função de seu sexo, raça, religiosidade, status econômico e social.

Kaloustian (2002, p. 47) ainda pontua que:

O bebê, ao ser concebido, já pertence a uma rede familiar que compreende o pai e a mãe e seus respectivos grupos familiares. Ao pertencer a estes grupos, também já está estabelecido quem são os outros e o universo de escolhas amorosas e interdições as quais estará sujeito, de acordo com a cultura onde ele está inserido.

A relação com o filho faz parte de um processo que se inicia logo nos primeiros meses de vida da criança. A forma pela qual se estabelece o relacionamento com os pais desde a mais nova idade, é que vai determinar o tipo de situação futura. Não se pode falar de criança/adolescente sem vinculá-los ao grupo familiar, pois atrás das problemáticas destes, se encontram os problemas da família, que se reduz aos da sociedade onde estão inseridos.

O convívio familiar é fundamental para que a criança/adolescente seja socializada e conseqüentemente, tenham uma convivência na sociedade. Os pais ensinam muito, mais que imaginam, não é preciso somente falar, pois a criança está atenta ao modo pelo qual os pais se relacionam com ela e com as outras pessoas, percebem como é a dinâmica familiar e, geralmente reproduzem.

A falta de diálogo no relacionamento familiar pode levar a problemas como separação conjugal, violência doméstica, conflitos entre pais e filhos, o que caracteriza uma dinâmica familiar negativa, alterando a qualidade de vida das pessoas. Quando se pode estabelecer uma relação de troca entre os membros da família, independente das idades, mantendo certos limites e ao mesmo tempo, garantindo uma flexibilidade, uma abertura à mudança, todos ganham com isso na família, ou seja, crescem juntos.

O fato da família, ser um espaço privilegiado de convivência, não significa que não haja conflitos nesta esfera. A forma de lidar com os conflitos podem variar de modelos autoritários e intolerantes, nos quais predominam um relacionamento adultocêntrico, de opressão e silenciamento dos mais fracos, em geral, as crianças.

Maldonado (2000, p. 15) afirma que:

O relacionamento entre pais e filhos é bastante complexo e passa por muitas mudanças ao longo do tempo. A rede familiar, que, por sua vez, esta inserida num contexto social e histórico, sofre influências várias; a conduta de um influi na do outro, num complexo sistema de trocas. Muitas dificuldades que os pais tiveram quando pequenos são “reeditadas” no contato com os filhos- “Esse moleque é igualzinho a

mim quando menino; e eu me pego batendo nele com a mesma raiva com que meu pai me batia, só que não de cinto”!...

Portanto, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos, independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e apresentação dos afetos e das relações sociais.

Segundo Maldonado (2000, p. 9) educar filhos é:

Uma tarefa complexa: cada nova etapa do desenvolvimento da criança é um desafio à capacidade e à flexibilidade dos pais, pelo muito que deles é exigido em termos de mudança de conduta e de atendimento às necessidades e solicitações do filho. Para os pais, a arte de educar consiste, sobretudo, na possibilidade de crescerem junto com a criança, respeitando e acompanhando a trajetória que vai da dependência quase total do bebezinho para a crescente autonomia e independência do filho já quase adulto.

A história da educação nas sociedades ocidentais está intimamente ligada à construção da nação, da democracia, do sistema de mercado, da nação, porque a formação para a cidadania, com os Estados nacionais, passou de um vínculo de raiz religioso ou cultural, para a integração política através do sufrágio universal. Da democracia pela ênfase dada aos valores da igualdade, da liberdade e da solidariedade na construção das sociedades liberais. Do sistema de mercado, pela necessidade de aceitação dos modelos de coesão social que implicam o caráter hierárquico promovido pela socialização escolar, forme legitimadora da mobilidade social existente.

Todo educador sabe que o apoio da família é crucial no desempenho escolar. Pai que acompanha a lição de casa, mãe que não falta a nenhuma reunião, pais cooperativos e atentos no desempenho escolar dos filhos na medida certa, esse é o desejo de qualquer professor.

Diversos educadores brasileiros também defendem que a família realize um acompanhamento da escola, verificando se seus objetivos estão sendo devidamente alcançados.

Portanto, a educação se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições de educação vêm se tornando cada vez mais necessária, como complementares à ação da família, uma vez que a criança tem direito de ser criadas e educadas no seio dessas. Se considerar o Estatuto da Criança e do Adolescente (1998), este reafirma em seus termos, que a família é a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças, cabendo, portanto, às instituições estabelecerem um diálogo aberto com as famílias,

considerando-as parceiras e interlocutoras no processo educativo.

A família brasileira é profundamente marcada pela história da sociedade européia, da qual descende.

Sofreu também grande influência da Revolução Industrial, iniciada na Europa e que só chegou ao Brasil no século XIX. Foi nesse período que a família se transformou no tipo nuclear (pai, mãe e filhos), constituindo desse modo a família patriarcal (DIAS, 1992, p.62)

O tipo de família patriarcal predominou no Brasil até por volta da década de 60, sendo alterada pelas mudanças trazidas pela industrialização, caracterizando-se pela importância do núcleo conjugal e pela autoridade masculina. O patriarca é o chefe da família, a quem os demais membros devem obedecer. É ainda, o responsável pela subsistência material de todos, tendo acesso ao mundo da rua enquanto as mulheres cabem as tarefas domésticas e educação dos filhos.

Nesse sistema existe uma distribuição rígida e hierárquica de papéis, o controle da sexualidade feminina é uma regulamentação da procriação para fins de herança e sucessão. Enquanto a virgindade feminina era muito valorizada, o adultério, se cometida pela mulher, era severamente criticado e punido, já a sexualidade masculina era exercida livremente.

Dessa forma, a industrialização amenizou a autoridade do patriarca. Os casamentos começaram a serem realizados por interesses individuais e o namoro foi conduzido para espaços abertos, locais de passeios em que o encontro de casais era facilitado.

Essa organização se processou no intuito de modificar o modelo patriarcal opressivo de família, reivindicando direitos iguais de trabalho remunerado e o exercício da sexualidade para homens, mulheres e jovens. Aumentou o número de separações de casais, mudando a concepção do casamento como um laço indissolúvel.

Desse modo, os valores tradicionais e modernos passaram a coexistir na sociedade. Atualmente a família brasileira, por consequência, vem atravessando sensíveis mudanças. O desenvolvimento industrial, a urbanização, as correntes migratórias, as alterações na divisão sexual do trabalho e o surgimento de uma nova moral sexual seriam responsáveis por essa alteração.

Bilac (1995, p. 35) afirmou que não há dúvidas sobre o fato de que a boa parte da família está mudando. Questiona, contudo, se estas mudanças correspondem à renovação dos modelos já existentes ou à emergência de novos modelos. Segundo a autora, até o presente estão surgindo “novos status” familiares, ou seja, novas relações interpessoais e novos papéis sociais, que ainda não possuem uma denominação na classificação de parentescos.

Diante do amplo contexto que abrange o tema família verifica-se que atualmente, por diversos fatores- sejam de ordem relacional, afetiva, econômica, ideológica ou espiritual, as

famílias têm adotado as mais diversas posturas e formas. Desse fato ela é a porta de entrada a qualquer ser humano para o mundo externo. Diante de sua importância e sendo ela o caminho pelo qual o indivíduo constituirá seu ser, é necessário que subsidie da melhor maneira possível esse processo. É bastante preocupante, portanto, os rumos que as famílias estão trilhando uma vez que são à base de toda sociedade.

2.3 A pobreza e a exclusão social junto às famílias

Mediante o contexto acima citado, verifica-se que tal processo vem desencadeando a pobreza e a exclusão social e esta como consequência, acaba afetando as famílias, e que para maior entendimento procurar-se-á contextualizá-la.

2. 3.1 A exclusão social e pobreza que afetam as famílias brasileiras.

Nos últimos anos tem-se vivido um deslocamento de cenário: dos principais conflitos urbanos, das classes oprimidas brasileiras; dos tradicionais locais de trabalho nas indústrias, para as periferias das cidades.

Gerado pelo crescimento do desemprego estrutural, a migração de famílias do campo para a cidade e os grandes cortes dos recursos públicos para áreas sociais, somadas a diversos outros fatores econômicos, políticos, ideológicos e repressivos, tem levado milhares de famílias à condição de total exclusão social.

Schwartzman (2004, p. 36) afirma que:

O conceito de exclusão social, como tantos outros nas ciências sociais, carece de definição precisa. Também como outros, ele é originalmente utilizado para superar as descontentes, não apenas estabelecendo uma comunidade de interesse, mas, geralmente referendando uma nova problemática de investigação.

Exclusão social é um tema da atualidade, utilizado nas mais variadas áreas do conhecimento, mas com sentido nem sempre muito preciso ou definido.

A exclusão social tem geralmente, sido tratada no Brasil a partir de um enfoque relacionado à restrição de renda. No caso brasileiro, a exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento capitalista brasileiro. A escravidão, predominante durante mais de três séculos no país, apresenta-se como regime de exclusão social por

excelência.

E mesmo com a abolição da escravidão, o precário acesso dos negros aos direitos civis, no século dezanove, bem como a presença das ocupações inferiores no mercado de trabalho, além da predominância de uma inatividade forçada e de acesso a empregos eventuais, não se proporcionou formas minimamente dignas de acesso à cidadania para parte expressiva da sociedade brasileira.

Somente na Revolução de 30 é que o país passou a difundir os direitos políticos, com a universalização do voto para todos, salvo os analfabetos. Apesar do avanço inquestionável, isso ainda se mostrou insuficiente para que a incorporação pudesse ser ampla.

A exclusão social no Brasil permaneceu manifestando-se generalizadamente. De um lado, a velha exclusão continuava sendo a marca das regiões geográficas menos desenvolvidas, diante da permanência da baixa escolaridade, da pobreza absoluta no interior das famílias numerosas e da desigualdade nos rendimentos. De outro lado, a nova exclusão social também mostra a sua face no Brasil de hoje, expandindo-se rapidamente pelas grandes metrópoles, por intermédio do desemprego generalizado e de longa duração, do isolamento juvenil, da pobreza no interior de famílias monoparentais, da ausência de perspectiva para a parcela da população com maior escolaridade e da explosão da violência.

Logo, a exclusão está presente nas sociedades, pois nos últimos anos tem-se vivido um deslocamento de cenário: dos principais conflitos urbanos, das classes oprimidas brasileiras; dos tradicionais locais de trabalho nas indústrias, para as periferias das cidades, o que gera a exclusão social.

Schwartzman (2004, p. 36) considera que:

O conceito de exclusão social, como tantos outros nas ciências sociais, carece de definição precisa. Também como outros, ele é originalmente utilizado para superar as deficiências de conceitos correntes e seu mérito maior é agrupar os descontentes, não apenas estabelecendo uma comunidade de interesse, mas, geralmente referendo uma nova problemática de investigação.

Verifica-se que a exclusão social é um tema da atualidade, utilizado nas mais variadas áreas do conhecimento, mas com sentido nem sempre muito preciso ou definido.

Pode-se designar desigualdade social, miséria, injustiça, exploração social e econômica, marginalização social, entre outras significações. De modo amplo, exclusão social pode ser encarada como um processo sócio-histórico caracterizado pelo recalcamento de grupos sociais ou pessoas, em todas as instâncias da vida social, com profundo impacto na pessoa humana, em sua individualidade.

Pessoas ou grupos sociais sempre são de uma maneira ou outra, excluídos de

ambientes, situações ou instâncias. Exclusão é “estar fora”, à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, sejam em algum de seus aspectos, materiais, políticos, relacionais e subjetivos.

De acordo com Schwartzman (2004, p. 31):

Qualquer análise que se faça da sociedade brasileira atual mostra que, ao lado de uma economia moderna, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios, assim como dos serviços proporcionados pelo governo a seus cidadãos. Isto pode ser uma consequência de processos de exclusão, pelos quais setores, antes incluídos, foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica ou política; ou de processos de inclusão limitada, pelos quais o acesso a emprego, renda e benefícios do desenvolvimento econômico fica restrito a determinados segmentos da sociedade.

Nota-se assim que, é uma falha, uma característica do processo capitalista, ou de outro regime político-ideológico, a exclusão é parte integrante do sistema social, produto de seu funcionamento, sempre haverá, mesmo teoricamente, pessoas ou grupos sofrendo processo de exclusão.

Em nível de macro-política global os países periféricos: América Latina, África e parte do continente asiático são considerados excluídos da ordem econômica mundial, em relação aos países centrais (Estados Unidos da América, países da União européia e outros países economicamente desenvolvidos).

O conceito de exclusão social é de radicar nos debates que, tanto no domínio sociológico, quanto no domínio da política social, se têm constituído sobre as questões da desigualdade, da pobreza e do papel do bem-estar. Desde o início dos anos 90, passou a aceitar-se a noção de grupos identificáveis de indivíduos excluídos e marginalizados. Em termos genéricos, poderá dizer-se que exclusão social é considerada como significando mais do que a falta material de rendimento, podendo ser vista como um outro termo para falar de privação múltipla ou desvantagem social.

Inúmeras vezes um país sonha deixar a periferia do capitalismo mundial e vencer a dependência em suas relações internacionais. O Brasil também, em sua nem tão longa história, já sonhou ser o país do futuro, imaginou ter alcançado aquele momento em que os povos não voltam mais atrás e vivam a possibilidade real de se tornarem parte do centro mundial.

A desigualdade social de renda continua aumentando em todo território nacional. As diferenças regionais ainda dão margem à falácia dos dois brasis, um moderno, rico e

cosmopolita, e outro, atrasado, pobre e oligárquico, após quase 20 anos de baixo crescimento econômico e explosão do desemprego na última década, é que o tema da exclusão social ganhou espaço na mídia e tempo nas agendas mais importantes.

A sociedade é uma sociedade de exclusão social, onde a maioria não tem direitos, não existem como pessoas, são excluídas socialmente e em consequência, economicamente.

A partir da crise econômica mundial, que ocorre na idade contemporânea, é que dá evidência à pobreza, sendo que a exclusão social toma visibilidade e substância. A partir de 1980, os seus efeitos despontam, gerando desemprego prolongado e, os extintos mercados passam a ser denominados de socialmente excluídos. A partir de então, este tema ganha centralidade nos meios acadêmicos e políticos.

A discussão sobre exclusão social apareceu na Europa com o crescimento da pobreza urbana, e sua orientação varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades.

A desigualdade social e o processo de exclusão, embora determinados por causas estruturais da sociedade brasileira, ocorre no espaço local. É no espaço local que os cidadãos moram, produzem, consomem e vivem.

O conceito de “exclusão social”, como tantos outros nas ciências sociais, necessitam de definição precisa; ele é originalmente utilizado para superar as deficiências de conceitos correntes e seu mérito maior é agrupar os descontentes, dessa forma não apenas estabelecendo uma comunidade de interesse, mas, geralmente, referendando uma nova problemática de investigação. Muitos estudiosos vêem “exclusão” como conceito que ajudaria a ir a além da radiografia, propiciada pelos diagnósticos de pobreza, que foi aumentando ao longo do tempo. Mais ainda, o conceito traz implícita a problemática da desigualdade, já que os excluídos só o são, pelo fato de estarem privados de algo que outros (os excluídos) usufruem conforme cita Julianelli (2005, p.24).

Martins (1997, p.28) aponta que:

A palavra exclusão indica uma dificuldade, mais que uma certeza – revela uma incerteza no conhecimento que se pode ter a respeito daquilo que constitui o objeto da nossa preocupação -a preocupação com os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidade e um lugar aceitável. Portanto, a palavra exclusão nos fala, possivelmente, de um lado, da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que não faz muito, todos chamávamos de pobreza.

Assim, a exclusão alude a não efetivação da cidadania, apesar da legislação social e do

esforço das políticas sociais.

Indivíduos vivem num espaço de uma sociedade nacional, aportam contribuições a essa sociedade, mas não têm acesso ao consumo de bens e serviços de cidadania. Embora a lei lhes garanta direitos civis, políticos e sociais, tal garantia legal não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos.

A pobreza é entendida, primordialmente como a carência de recursos para suprir as necessidades básicas da vida. Mas, em muitas sociedades, as pessoas sem esquemas de apoio familiar ou social são consideradas as mais pobres. Contudo, há outras comunidades que consideram que a categoria mais calamitosa da pobreza é aquela que surge da destruição do meio ambiente. Frequentemente, pobreza significa viver em situações de conflito sócio - político e de violência. Isso se associa à perda de auto- estima individual e coletivo. A exclusão é a causa principal bem como o resultado da pobreza, que se manifesta em sua forma mais extrema na eliminação da identidade pessoal através da destruição da cultura.

A ausência de trabalho e de salário justos esta associada diretamente à pobreza. A pobreza também se manifesta na incapacidade de participar da vida social, política e econômica de uma sociedade.

A pobreza é um problema complexo e multidimensional, com origem ao mesmo tempo na área nacional e internacional. Não é possível encontrar uma solução uniforme, com aplicação universal para o combate à pobreza. Antes, são fundamentais para a solução desse problema que se desenvolvam programas específicos para cada país, com atividades internacionais de apoio. A erradicação da pobreza e da fome, maior equidade na distribuição da renda e de recursos humanos: esses desafios continuam sendo considerados em toda a parte. O combate a pobreza é uma responsabilidade conjunta de todos os países.

De acordo com Pochmann (2005, p. 97) a pobreza:

Tem sido objeto de análise e debate nas mais diversas áreas da sociedade. Enquanto alguns estudos discutem os critérios usados para a definição das linhas de pobreza o analisam os seus determinantes, outros se concentram no conjunto da política econômico e social voltadas pela sua superação.

Esse conjunto de políticas econômicas e sociais e que poderiam levar a superação da pobreza, pois o principal componente da renda das famílias são os rendimentos do trabalho, é relativamente disseminada a idéia de que o combate ao desemprego, isto é, a falta de qualquer trabalho, é uma prioridade para a erradicação da pobreza.

Sabe-se que o desemprego expõe mais as pessoas ao risco da pobreza, a redução dos

níveis de desemprego não tem impactos expressivos na incidência da pobreza como um todo.

O crescimento da economia parece ser uma proposta tentadora para a erradicação da pobreza. Crescer aumenta a qualidade de recursos disponíveis e, os resultados desse crescimento, se forem igualmente distribuídos a todos, a tendência é de que a pobreza seja reduzida à medida que a economia cresce. Nas ultimas duas décadas quase toda a redução observada nos níveis de pobreza dos brasileiros deveu-se ao crescimento da economia. É por isso, talvez, que os níveis da pobreza ainda estejam tão elevados.

Desta forma a pobreza é um tema comumente abordado em diverso meio, políticos, científicos e ideológicos, desde o surgimento da Economia e da análise da sociedade e seus pobres. Um problema, freqüentemente abordado na análise socioeconômica brasileira, mas, no entanto, sem apresentar alternativas que sejam efetivamente aplicadas no intuito da erradicação da pobreza.

Sposati (1997, p. 22) pontua que:

A concepção de pobreza é uma medida de renda ou capacidade de gastar, em contraponto, À riqueza, que mede posses ou capacidade de reter. O padrão de vida mede as condições objetivas de conviver com o nível de dignidade ou de acesso a serviços sociais públicos e privados.

Assim, ao analisar as causas da pobreza, é necessário adentrar ao ponto de vista histórico do surgimento da mesma. Desde há tempos os homens buscam entender as origens da pobreza, a fim de tentar agilizá-las ou extingui-las.

No entanto, pode-se concluir que a pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benéficos do progresso e no acesso as oportunidades de emprego e consumo, desproteção por falta de amparo publico adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem a vida e ao bem-estar; descartando dessa forma a hipótese de que esta reside no individuo na sua indolência, sendo, portanto, esses capazes, se organizados, de superarem a marginalidade e desproteção, via ação profissional do Assistente Social.

3 O SERVIÇO SOCIAL E A AÇÃO PROFISSIONAL EM PROGRAMAS SOCIAIS

3. 1 O Serviço Social e sua ação profissional

O Serviço social é algo de grande relevância frente à realidade, uma vez que se depara com diversas expressões da questão social, objeto do Serviço Social é a questão social, é

representada como um conjunto de expressões da desigualdade sociais como a violência doméstica, o desemprego, a fome, a pobreza, o conflito familiar, a drogadição e o alcoolismo, entre outras, trabalhando de forma critica dialética, a fim de tornar o usuário sujeito do seu processo, informando quanto aos seus direitos e deveres, trabalhando para a efetivação dos mesmos, assim como o acesso dos mesmos aos espaços e serviços públicos.

O Serviço Social é uma profissão interventiva que busca atender demandas emergentes da sociedade. O projeto ético político e o Código de Ética implicam, na pratica de intervenção deste nas expressões apresentadas pela comunidade, nas quais se devem desenvolver ações com respeito e responsabilidade frente aos usuários, criando assim um compromisso na transformação de sua realidade. Para tanto o profissional precisa ser crítico, atualizado, competente, coerente e eficaz, que saiba negociar e traçar propostas que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, como sujeito que lutam pela preservação e conquista da sua vida e da sua autonomia, garantindo os direitos sociais e viabilizando sua efetivação social.

O Serviço Social tem também por objetivo, subsidiar a programas e projetos, de cursos de capacitação a partir de indagações e reflexões quanto às demandas sociais da prática profissional: contribui com o município dando respostas às demandas através de serviços, programas e projetos relacionados ao Serviço Social; possibilita aos usuários, ampliação de seu universo informacional, lúdico e cultural, estimulando-os a freqüência e sucesso no seu cotidiano, bem como, melhor qualidade de vida e acesso aos direitos da cidadania, possibilitando o resgate da auto-estima, da oportuniza a melhoria na renda familiar; proporciona acesso às informações das necessidades básicas de educação, saúde e cultura; desenvolve habilidades esportivas; contem a evasão escolar e desenvolve apoio psico-social às famílias.

Iamamoto (2001, p.57) considera que:

A compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social que informa a visão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige aprende-la sob um ângulo. Em primeiro lugar abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinado na historia da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade. Mas pensar a profissão é também pensá-la como fruto de sujeitos que constroem e vivenciam. Sujeitos que acumula saberes, efetuam sistematizações de sua pratica e contribuem na criação de uma cultura profissional historicamente circunscrita. Logo, analisar a profissão supõe abordar, simultaneamente, os modos de atuar e pensar que foram por seus agentes incorporados, atribuindo visibilidade as bases teóricas assumidas pelo Serviço social na leitura da sociedade e na

construção de respostas à questão social.

É a ação de um profissional que tem competência para propor, para negociar com as instituições os seus projetos, para defender o campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais, logo o desafio maior é decifrar os novos tempos para que nele se possa ser contemporâneo, por isso exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade.

A realidade social e cultural provoca e questiona os assistentes sociais nas formulações de respostas, seja no âmbito do exercício profissional, seja nas elaborações intelectuais acumuladas ao longo da história do Serviço Social, os saberes que construiu as sistematizações da prática que reuniu ao longo do tempo.

O assistente social é o profissional que trabalha com políticas sociais, no âmbito público ou privado, entretanto nas políticas sociais públicas, são uma das repostas privilegiadas da questão social, ao lado de outras formas, acionadas para o enfrentamento da sociedade civil, bem como as corporações empresariais e as organizações não governamentais.

O desafio do Serviço Social nesses novos tempos, no que condiz com os rumos éticos políticos do trabalho profissional, segundo Iamamoto(2001,p. 75) consiste em: consultoria a órgãos da administração pública direta ou indireta, em empresas privadas ou em entidades não governamentais.

Para Carvalho (1994, p. 244) o Serviço Social:

Afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sócio- técnica de trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, devidas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Assim seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento das questões social. É na implementação de políticas sociais, e, em menor medida na sua formulação e planejamento, que ingressa o Serviço Social.

Então, como profissão, o Serviço Social possui uma imagem socialmente construída, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais. Tais normas são consubstanciadas no Código de Ética, cujo valor é muito maior que um conjunto de normas,

uma carta de intenções ou de “dever ser”, este Código coloca-se como o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Ao longo de sua trajetória, segundo Guerra (2002, p.15) o Serviço Social.

[...] vem construindo uma cultura profissional que lhe é própria e que incorpora objetos, objetivos referencia teórico-metodologicas, valores, princípios, técnicas, instrumentos, estratégias e táticas, modos de operar, racionalidade e projetos profissionais diversos, que se vinculam aos diferentes e até excludentes projetos de sociedade e prioriza um determinado perfil de profissional.

Portanto, o assistente social pode exercer vários papéis, inclusive de aliado dos dominados, contribuindo para reduzir a desigualdade de dominação / resistência que se condiciona e constroem as estratégias de ação profissional, considerando-se ao mesmo tempo, as condições objetivas e os recursos e dispositivos de ação dos atores em presença.

A intervenção profissional tem seus limites pessoais e decorrentes da própria estrutura intencional em que se articulam as estratégias de intervenção de fortalecimento do usuário.

O Serviço Social faz a interligação entre os recursos e o poder de utilização da população, tendo como objetivo a inclusão social dos incluídos pela sociedade desigual, facilitando a comunicação, principalmente, em caso de dificuldade e de ausência de relação entre os dois e que hoje com a implantação do Sistema Único de Assistência Social veio facilitar o acesso da população aos seus direitos.

3.2 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os programas sociais

A política assistencial foi à antecessora da política social, antecipando as formas de intervenção social do Estado. A assistência nasceu da pratica espontânea das damas de caridade, que atendiam as diversas demandas da população. Desde os primórdios, a assistência vem cumprindo sua função processante da política social.

Campo (1998, p.15) sobre assistência afirma que:

Assistência se faz presente onde existem pessoas carentes, pobres. A pobreza é então condição necessária e suficiente para determinar os critérios de justificação da assistência. Sendo assim, assistência, vê-se a assistência como aquele tipo de ação que posse dar igualmente em todos os contextos.

Assim, observa-se que a assistência tem como objetivo suprir as grandes necessidades

que a população de baixa renda enfrenta, devido à insuficiência de empregos ou a má distribuição de renda.

Hoje a Assistência Social é considerada na concepção de Sposati (1995, p.32) como:

Uma política publica voltada para as populações marcadas pelo signo da exclusão, destituição da pobreza. Em sentido restrito a assistência social constituiria um substitutivo do salário indireto como os serviços sociais. Nesta perspectiva que muitos vêem na assistência social uma política voltada aos sem rendas. Ocorre porem, que ante o grau de pobreza da população brasileira amplia-se às necessidades de auxílios e usufruto de serviços sociais transformando o campo da Assistência de distribuidor de serviços sociais. Embora o Estado mantenha um complexo institucional

nesta área comporta-se como negociados dos esforços da solidariedade civil para atender as camadas populares. Constrói deste modo uma conjugação entre o público e o privado que torna absolutamente opaco os deveres do Estado na condução e qualidade das políticas e serviços sociais. E assim que o campo da política de assistência social tem se colocado tradicionalmente no âmbito da sociedade civil. E este campo de ação pública que legitima a profissional assistente social, dando-lhe identidade. Uma identidade nem sempre querida de que a assistente social foi por muito tempo entendida como prática caritativa ou uma ação posta em movimento pelo fisiologismo político brasileiro.

Sendo assim, as mudanças históricas estão hoje afetando tanto a divisão do trabalho da sociedade, quanto à divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas, corporificadas em novas formas de organização e de gestão do trabalho.

Muniz (2002, p. 15) relata ainda que:

A Assistência só foi regulamentada em dezembro de 1993 através da Lei Orgânica da Assistência Social, que redesenha a milenar Assistência Social, agora não mais como prática de ajuda motivada pela caridade, que oculta as lutas de classes, mas forjada na concepção de cidadania no direito público.

Desta forma a Assistência Social é vista como campo de direitos sociais, que visa superar a exclusão social e que, deve garantir a todo cidadão o exercício de sua cidadania.

Assim Yazbek,(2000, p.45) considera que:

Para implementação dessa proposição, a Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas na relação como outras políticas sociais, em conformidade com seu marco legal à Constituição de 1988 e a LOAS de 1993, que pode um novo desenho político institucional no qual seja garantida a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera governamental e a gestão compartilhada com a sociedade civil em planejamento e controle.

Assim, a Assistência Social é voltada para aquele que dela necessitar. É uma política que se define em função de um público alvo marcada por máxima desigualdade.

Quando se trata da questão da Assistência Social faz-se necessário citar os conceitos que devem ser bem esclarecidos para que não sejam confundidos: assistência e assistencialismo.

A assistência é a possibilidade de proteção social através de subsídios, apoio, referencia orientação. As garantias sociais asseguradas pelo Estado quando de fato e pela Lei existem, configuram o que se denomina de Seguridade Social, como direito de proteção social garantidos a todos.

No campo das relações sociais, a assistência ou ajuda mútua decorre da solidariedade social - que é distinta da filantropia. No campo governamental é política de proteção ou de Seguridade Social. A Assistência não é uma política neoliberal, mas sim uma política social.

A assistência, como função governamental, pressupõe um acesso a um bem de forma não contributiva, ou através de contribuição indireta, pela colocação de recursos governamentais advindos de taxa ou impostos que podem ser redistribuídos, para atender uma necessidade coletiva considerada prioritária, para garantir condições de vida e de direitos a todos os cidadãos.

O Estado, pelo principio da subsidiariedade, só atua quando a família ou comunidade não puder fazê-lo. Daí, a assistência ser vinculada à pobreza e correndo o risco de se transformar em ajudas eventuais, sem garantir direitos.

Ocorre aí o lado mais perverso da lógica capitalista, desqualificando a assistência como uma necessidade de fora da relação de consumo.

O assistencialismo é um contraponto do direito, provisão de assistência como proteção ou Seguridade Social, acesso a um bem que acontece através de uma benesse, de doação, isso supõe sempre um doador e um sujeito onde sempre um sujeito é sujeitoado (INOUE, 2005, p. 33)

A Assistência Social é política de atenção e de defesa dos direitos. O direito de dignidade construída historicamente em uma dada sociedade. É política de longo alcance na medida em que os homens contem virtual fragilidade e a sociedade humana termina por gerar exclusão.

A Lei Orgânica da Assistência Social (1993), no parágrafo único do artigo 2º declara que:

A Assistência Social realiza-se de forma integradas as políticas setoriais visando ao enfrentamento, à pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências básicas e a universalização dos direitos sociais.

Quanto mais políticas básicas ampliarem o recorte da assistência não só na igualdade, mas também na equidade, menos demandas serão geradas para a assistência social, o que não significa sua eliminação.

Na sociedade brasileira em que a exclusões econômicas, sociais e políticas terminam sendo de maiorias assistência social é uma política para atendimento a muitos.

Em 1988 através da Constituição Federativa do Brasil a Assistência Social, passa a ser uma política, voltada a Seguridade Social, conjuntamente com a Saúde e a Previdência Social. Passando a ser uma política, a Assistência Social busca a garantia de direitos de condições dignas de vida ao cidadão, rompendo com a prática assistencialista e tuteladora que exercia até então.

A nova política da Assistência Social estabelece que a Assistência Social, seja organizada de forma a operar em rede.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulamentação e organização em todo o território nacional das ações sócio- assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção com as famílias, seus membros e indivíduos, e o território como base de organização. Pressupõe a gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências políticas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, cujo papel é fundamental na sua implantação e implementação.

O SUAS tem por função a gestão do conteúdo específico da política de Assistência Social no campo da proteção social brasileira e é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente-ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos - por órgãos e instituições publicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder publico. Ministério Desenvolvimento Social Combate a Fome (MDSCF, 2004, p.180).

Conforme o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004, p. 181), a Norma Operacional Básico (NOB) busca romper com a fragmentação programática, a fragmentação entre as esferas de governo e a fragmentações de ações por categorias e segmentos sociais.

Assim, busca-se atender a família de forma unificada através de uma rede de proteção social, buscando o acesso aos direitos.

A Norma Operacional Básica da Assistência Social é o resultado de onze anos de formulação e debates na área da assistência social no processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social, pacto entre os três entes federados e as instancias de articulação, pacto e deliberação, visando a implementação e consolidação do SUAS no Brasil.

È uma decisão de governo que deve significar um processo participativo e democrático, integrando: gestores, trabalhadores, conselheiros, usuários, entidades parcerias e

sociedade em geral.

O dispositivo constitucional conclama por uma nova concepção política das ações de assistência social e adoção de forma democrática da gestão.

Esse processo de difusão e construção da política de Assistência Social, como um direito do cidadão e dever do Estado, foi estabelecido em dezembro de 2003 na IV Conferência nominada LOAS + 10, em comemoração aos 10 anos, estabelecendo novas bases e diretrizes para a política na perspectiva de um Sistema Único.

Esta proposta foi consolidada pelo PNAS e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em dezembro de 2004 e posteriormente regulamentada pela NOB/SUAS, aprovada em 14 de julho de 2005.

Assim, os instrumentos principais da Assistência Social são:

- Lei Orgânica da Assistência social - LOAS, Lei federal de nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993;
- Política Nacional de Assistência Social- PNAS de 1998 e 2005;
- Normas Operacionais Básicas-NOB/97 NOB/98 NOB/2005

A regulamentação do regime próprio de gestão da política de Assistência Social exigiu a revisão das normas operacionais por meio das vinculações entre as esferas Federais, Estaduais e Municipais, organizações de Assistência social e demais políticas sociais e econômicas no processo de gestão, no que condiz com o financiamento repasse de recursos e de controle social.

O conteúdo da NOB/SUAS resulta de um longo percurso democrático de debates, onde o CNAS e seus conselheiros e as Comissões Intergestores tiveram papel primordial. É socialmente orientada pela ação pública territorialmente adequada e democratizada constituída, com definições de competências específicas de cada esfera governamental pela valorização do impacto social das diversas políticas estruturais e pelo desenvolvimento social sustentável.

O SUAS assume, de acordo com a NOB/2005 os seguintes princípios organizativos:

- Direção da universalidade do sistema através de fixação de níveis básicos de cobertura de benefícios, serviços, programa, projetos e ações de Assistência Social de provisão partilhada entre os federativos; garantia de acesso aos direitos sócios assistenciais a todos que deles necessitarem; articulação de cobertura com as demais políticas sociais e econômicas em especial a Seguridade social;
- Descentralização político-administrativa com competências específicas e comando único em cada esfera de governo;

- Integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos em rede hierarquizada e territorializada, pela complexibilidade dos serviços e em parceria com organizações e entidades de Assistência Social;
- Comando único por esfera da gestão, orientado pelo PNAS/2004, devidamente aprovada pelo CNAS;
- Referenciado por normas operacionais básicas que estabeleçam padrões de desempenho, padrões de qualidade e referencial técnico operativo;
- Sistema ascendente de planejamento através de planos municipais, estaduais e federal de Assistência Social que detalhem a aplicação da PNAS/2004, no âmbito dos municípios, do Distrito Federal, do Estado e da União, devidamente aprovados pelos respectivos Conselhos da Assistência Social;
- Presença de espaço institucional, de defesa sócio assistencial para a acolhida de manifestação de interesse dos usuários, ações de preservação de seus direitos e adoção de medidas e procedimentos nos casos de violação aos direitos sócioassistenciais pela rede de serviços e atenções;
- Presença de sistema de regulação social das atividades pública e privada de Assistência Social, exercendo a fiscalização e o controle da adequação e qualidade das ações e das autorizações de funcionamento de organizações e de serviços sócioassistenciais;
- Sistema de gestão orçamentária para a sustentação da política de Assistência Social através do Orçamento público, constituído de forma participativa, com provisão de custeio da rede sócioassistenciais para cada esfera de governo, a partir do cálculo dos custos dos serviços sócioassistenciais por elemento de despesas para manter metodologia em padrão adequado de qualidade e quantidade; transparência na prestação de contas, mecanismos de transferência direta do fundo; princípios de relação entre federativos, e clara definição de fontes de financiamento;
- Sistema de gestão de relações interinstitucionais, intersecretariais, intermunicipais, metropolitanas, através de ações complementares, protocolos, convênios, fóruns de gestão, mecanismos de responsabilidade social, intercâmbio de práticas e recursos;
- Sistema democrático e participativo de gestão e controle social através: a) dos Conselhos e das Conferências de Assistência Social realizadas em cada biênio organizadas e sustentadas pela respectiva esfera do governo; b) da publicização dos dados e informações referentes às demandas e necessidades, da localização e padrão de cobertura dos serviços da Assistência Social; c) de canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetido a controle social, através de audiências

públicas; d) mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais; e) conselhos partidários de monitoramento de direitos sócioassistenciais; f) conselhos de gestão dos serviços;

- Sistema de gestão de pessoas por meio, entre outros, da contínua capacitação de gestores e agentes operadores das ações de Assistência Social;
- Articulação interinstitucional entre competências e ações com demais sistemas de defesa dos direitos humanos, em específico com aqueles de defesa de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, negros e outras minorias; proteção de vítimas de exploração e violência; adolescentes ameaçados de morte, promoção do direito de convivência familiar;
- Articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o SUS, através da rede de serviços complementares para desenvolver ações de acolhida, cuidados e proteção como parte da política de proteção às vítimas danos, drogadição, violência familiar e sexual, deficiência, fragilidades pessoais e problemas de saúde mental, abandono em qualquer momento do ciclo de vida, associada as vulnerabilidades pessoais, familiares e por ausência temporal ou permanente de autonomia em particular nas situações de drogadição, em particular, os droga ditos nas ruas;
- Articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Nacional de Previdência Social gerando os vínculos entre sistema contributivos e não contributivos;
- Articulação interinstitucional de competência e ações complementares com o Sistema Nacional e Estadual de Justiça para garantir a proteção especial a criança e adolescentes nas ruas; em abandono; com deficiência; sob decisão judicial de abrigamento pela necessidade de apartação provisória de pais e parentes, por ausência de condições familiares de guarda; aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes, para a aplicação de penas alternativas (prestação de serviços à comunidade) para adultos;
- Articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Educacional por intermédio de serviços complementares e ações integradas para o desenvolvimento da autonomia do sujeito por garantia e ampliação de escolaridade e formação para o trabalho.

A Assistência Social no Brasil como política pública, tem fundamento constitucional como parte do sistema de Seguridade Social a partir dos resultados que produz na sociedade, tem potencial de produzir a política pública de direção universal e do direito da cidadania, assegurando a todos os brasileiros, tendo como funções: a proteção social, defesa social e

institucional, vigilância sócio-assistencial.

A Proteção Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenção, benefícios e auxílio ofertados pelo SUAS para redução e prevenção das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

Tem por princípios: a matricialidade sociofamiliar, a territorialização, a proteção pró-ativa, a integração à seguridade social e a integração às políticas sociais e econômicas, ao ter por direção o desenvolvimento do ser humano e social e os direitos de cidadania. E tem por garantias: a segurança acolhida, e social de renda, ao convívio familiar, comunitária e social, o desenvolvimento da autonomia individual de sobrevivência a riscos circunstanciais.

A Defesa Social e Institucional busca a inserção da Assistência Social no sistema de bem estar brasileiro, no campo da Seguridade Social (Saúde e Previdência Social), na articulação com outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas da vida.

Quanto a vigilância sócio-assistencial consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da Assistência Social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável.

Esta gestão compartilhada de serviços é um dos objetivos da NOB/SUAS, por meio da cooperação efetiva da União, Estado, Municípios e Distrito Federal, e o alcance de direitos sócio-assistenciais só será realidade quando ocorrer a clara responsabilidade de cada uma das três instâncias de gestão com os serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social sendo necessário também, dar coerência entre os instrumentos de gestão interinstitucional e o fundamento democrático do sistema descentralizado de gestão da Assistência Social.

Em conformidade com a declaração com a nova política de Assistência Social, o SUAS deve operacionalizar o seu trabalho através das Redes Proteção Social Básica e Rede de Proteção Social Especial.

Com todas as mudanças ocorridas no bojo da família, os parâmetros para se avaliar a família também se alteraram, voltando-se à realização das suas funções básicas de fazer frente a proteção e socialização de seus membros; as referências morais; aos vínculos afetivos e sociais; à identidade grupal; ao universo de valores, entre outros, não existe nos dias atuais como definir um “modelo” de família mas sim parâmetros norteadores.,

Em direção a estas transformações Rede de Proteção Social Básica, destina-se a aquelas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, decorrentes da: pobreza;

privação/ausência de renda; precário ou nulo acesso aos serviços públicos; fragilização de vínculos afetivos e discriminação etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência. Seu objetivo é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Rede de Proteção Social Básica abrange os serviços, programas e projetos de caráter preventivo, para as pessoas que não perderam os vínculos familiares, mas cujo não acesso a esta pode resultar neste rompimento.

Como já previsto pela nova política da Assistência Social, esta rede deverá se organizar em regiões de maior concentração de pobreza, e serem executados de forma direta, nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou nos programas e projetos de retaguarda da Assistência Social, desenvolvidas em sua área de abrangências, conforme a edificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

O CRAS atua com família e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Definido como uma unidade pública estatal, sendo um equipamento de base territorial, que abrange ao total de até mil famílias.

Além das responsabilidades de desenvolver o Programa de Proteção Integral a Família (PAIF), esta unidade também deve: realizar o mapeamento, a organização da rede de Proteção social local e inserção nos serviços de retaguarda da Assistência Social e das demais políticas públicas e sociais; dispor de um serviço de informação, orientação e realização de encaminhamento com posteriores acompanhamentos e tem como principal objetivo, potencializar a família como unidade de referência.

Salienta-se que a Rede de Proteção Social Básica, deverá através do CRAS, ou da articulação deste, oferecer os seguintes serviços.

- Programa de Atenção Integral às Famílias;
- Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
- Centro de Convivência para idosos;
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços sócios- educativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

- Centro de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Diante da falta de ação da Rede de Proteção Social Básica, a Rede de Proteção Social Especial passa a existir, sendo a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e seus membros em risco social, por decorrência de: abandono; maus tratos físicos e/ou psicológicos; abuso sexual; abuso de substâncias psicoativas; cumprimento de medidas sócio - educativas; situação de rua; situação de trabalho infantil etc.

Segundo o Ministério Desenvolvimento Social Combate a Fome (2004, p. 38), a ênfase da Proteção social Especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento.

Destaca-se que a Rede de Proteção Social Especial é subdividida em Media Complexidade e Alta Complexidade, a primeira trabalhando com o indivíduo em situação de risco e vulnerabilidade social porém sem rompimento de seus vínculos familiares e a segunda já com os vínculos familiares rompidos. Ambas tratam do desenvolvimento de um trabalho especializado o que as diferencia são os tipos de serviços oferecidos, que proporciona ao usuário a efetivação dos direitos, possibilitando ao mesmo sua autonomia.

3.3 A importância do Serviço Social nos programas sócios –educativos

Os programas sociais através de ações desenvolvidas junto à população usuária têm por objetivo: proporcionar aos usuários momentos de interação com outros grupos através de passeios e atividades; oportunizar aos usuários um amplo desenvolvimento e participação nas atividades oferecidas, fazendo prevalecer seus direitos; estabelecer uma relação de confiança entre o usuário e o estagiário, visando conhecer a realidade do mesmo, utilizando-se da ética profissional; possibilitar o conhecimento e efetivação dos direitos e deveres de criança e adolescente para o exercício pleno da sua cidadania; favorecer um desenvolvimento saudável, mediante atividades de cultura, esporte e lazer; investir na valorização do ser humano, resgatando sua dignidade e conquista da autonomia e emancipação; prevenir o retorno de criança e adolescentes as ruas; fortalecer o vínculo familiar.

Segundo Tripodi (1975, p.14) sobre programas sociais afirma que:

Os programas sociais são entendidos como a prestação de serviços de saúde, educação ou assistência social para promover a mudança individual ou social. Os programas variam de acordo com o alcance e complexidade dos objetivos, o tamanho e a diversidade da equipe, a

estrutura administrativa, o tempo da operação, as despesas operacionais, as fontes de financiamento e a localização física.

Considera que os programas sociais estão sendo desenvolvido com competência e qualidade, atendo com satisfação as necessidades dos usuários.

Desta forma há uma busca constante na melhoria dos serviços, visando sempre à qualidade do usuário.

A política de Assistência Social é elemento fundamental e necessário, para que a maioria da população tenha os mínimos necessários para a sobrevivência e através da assistência, o individuo conheça seus direitos sociais e exerça sua cidadania.

As políticas destinadas ao atendimento das necessidades básicas, principalmente da população mais pobre, agrupadas sob o rótulo de políticas sociais, não chegaram a ocupar, ao longo da história, papel de destaque nos planos de governo e nas dotações orçamentárias, quadro que se faz presente até hoje.

Assim, as políticas sociais ficam caracterizadas mais pela manutenção e garantia do controle social, do que uma busca efetiva e plena do desenvolvimento social. Abre-se então o espaço para a sociedade civil, através das Organizações não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais atuarem nos espaços vazios do Estado.

Contudo, as políticas sociais, por si só, não atendem as demandas da pobreza, porém elas possibilitam através do Serviço Social o desenvolvimento social dos indivíduos via participação efetiva, na busca de autonomia e emancipação.

Os programas sociais constituem-se de atividades planejadas, é uma matriz de orientação que transmite a execução com o modelo de pratica ou para operacionalização.

Segundo Tripodi (1975, p.14) os programas sociais são entendidos:

[...] em termos gerais, como objetivando a prestação de serviço e saúde, educação ou assistência social para promover a mudança individual ou social. Os programas variam de acordo com o alcance e complexidade dos objetivos, o tamanho e a diversidade da equipe, a estrutura a administrativa, o tempo da operação, as despesas operacionais, as fontes de financiamentos e a localização física.

Os programas sociais procuram cumprir objetivos múltiplos, normalmente de médio e longo prazo, atuando em ambientes cortados por diferentes tipos de variáveis: econômicas, políticas, culturais, demográficas etc. Embora sejam tradicionais os programas públicos dirigidos aos grupos carentes da população, apenas nos últimos vinte anos, pode-se identificar no País uma política nacional de Assistência Social, minimamente dotada de objetivos,

recursos e densidade institucional.

Como parte de programas sociais referencia-se o Programa Espaço Amigo, que tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos e de forma permanente a criança, em situação de vulnerabilidade social e interpessoal e suas famílias, possibilitando-lhes condições para emancipação e autonomia.

O programa atende atualmente crianças de 7 a 12 anos, do sexo feminino e masculino, moradores das imediações do Departamento de Assistência Social do Município de Iacanga Estado de São Paulo.

Para inclusão no programa “Espaço Amigo” realiza-se estudo sócio econômico, visita domiciliar e avaliação, beneficiando famílias em situação de exclusão social e situação de carência financeira ocasionais, pelas diversas expressões da questão social, vivenciadas no âmbito familiar, como a pobreza, exclusão social, marginalidade, desemprego, drogadição, alcoolismo, conflito familiar e violência domestica entre outros.

Presta serviços como: alimentação, saúde, esporte, lazer, cultura, atendimento psicológico, evasão escolar, e atendimento assistencial como: documentação, encaminhamentos, fornecimento de benefícios emergenciais remédios e alimentação, palestras preventivas sobre higiene e saúde etc.

No plano legal, a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência social (LOAS), 1993, definem a Assistência Social como política voltada para a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo as crianças e adolescentes carentes; a integração no mercado de trabalho; a reabilitação e integração de pessoas portadoras de deficiência. Entendida como uma política não contributiva que se realiza através de conjunto integrado de ações de iniciativas publica e da sociedade, deve pautar-se pelos princípios da universalidade da cobertura e do atendimento e da seletividade e distributividade na prestação de serviços e benefícios.

O Serviço Social diante do regimento do Departamento de Assistência Social de Iacanga tem como finalidade, trabalhar com as questões sociais apresentada na atualidade, e através do Programa Espaço Amigos, especificamente contribuir para o desenvolvimento da criança, no ambiente que a educa para produzir mudanças e transformações, sendo necessário trabalhar via programas sociais, proporcionando o acesso à cidadania, tirando as crianças de grupo de riscos, com os quais deparam no dia como: marginalização, prostituição, entre outros.

É no âmbito da questão assistencial que se inscreve a ação dos assistentes sociais, rompendo com os significativos fetichizados pelos interesses do capital, que ao longo do tempo, foram sendo atribuídos aos programas e serviços e, com isto, à ação do Serviço Social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1998) – conjunto de leis que asseguram os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes – responsabilização da sociedade. As crianças e os adolescentes passam a ser vistos como prioridade absoluta e o Serviço Social procura efetivar o que declara o ECA.

Dessa forma o ECA permite, pela sua forma de explicitar e garantir os direitos da criança e do adolescente, inserir Política de Assistência Social em cada uma das políticas e no conjunto delas, enquanto proposta política de desenvolvimento integral e articuladora da criança e do adolescente, situados e adotados numa família, numa comunidade, em nenhum território social específico no município.

De forma mais clara no ECA a fatia assistencial esta incorporada a cada uma das políticas publicas, com um objetivo claro: garantir a todas as crianças e adolescentes uma inclusão igualitária nos serviços derivados da varias políticas locais.

Os programas sócio - educativos voltados às crianças de 7 a 12 anos, geridos pela área de Assistência Social, em geral, isolado e pouco articulado com as demais políticas, não erradicam pobreza, apenas a minimizam.

O programa para a criança e adolescente não deve apenas prevenir que a criança não fique na rua. Mas um programa assistencial articulado a uma ou mais políticas publicas locais, que dêem consistência a resultados estratégicos na alteração das condições gerais da vida, na alteração do destino singular e coletivo da criança e do adolescente, de tal forma não reproduzirem as condições de exclusão a que seus pais e comunidades estão submetidos (CARVALHO, 1994.p 7). Portanto, cabe ao assistente social conduzir suas ações no repasse de programas sociais à população alvo, específico da entidade, de acordo com a competência que lhe foi atribuída na divisão social e técnica do trabalho, o que não excluem a própria competência profissional, aliada ao seu posicionamento face às alternativas que se põem para a profissão.

4 CAMINHO DA PESQUISA.

4.1 Metodologia do Estudo

A metodologia é muito mais que um conjunto de técnicas de pesquisa, ela é todo o processo técnico metodológico para se alcançar os objetivos e evidenciar a hipótese do estudo.

Segundo Minayo (2001, p. 16) a metodologia é:

[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

Partindo desse princípio, descreve-se aqui todo o processo utilizado para a realização do presente estudo, sobre os motivos que levam os pais a buscarem o Programa Espaço Amigos, do Departamento de Assistência Social, no município de Iacanga, Estado de São Paulo, um órgão público ligado a Prefeitura Municipal de Iacanga, que atua no atendimento e desenvolvimento de Programas e Projetos Sociais em parceria com as esferas federal, estadual e municipal, o qual atende a população em situação de vulnerabilidade social, pessoal e econômica.

No decorrer do estágio junto ao programa Espaço Amigo, surgiu outro questionamento quais os motivos que levam os pais à inserção dos filhos no Programa Espaço Amigos? Traçou-se como objetivo geral de estudo: desvendar os motivos que levam os pais a buscarem o Programa “Espaço Amigo” do Departamento de Assistência Social do município de Iacanga-SP, apontando para: Identificar o perfil das famílias que buscam o Programa “Espaço Amigo;” verificar a importância do Programa “Espaço Amigo” na vida das famílias; revelar as mudanças ocorridas na vida dos filhos, após inserção no Programa “Espaço Amigo” e, evidenciar a importância do Serviço Social no Programa “Espaço Amigo”.

A hipótese sugerida é que o desemprego assola grande parte da população, principalmente aqueles que não têm a qualificação que o mercado exige, gerando diversos problemas sociais, como fome, violência, miséria.

Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente elaborou-se uma hemeroteca, onde se pesquisou artigos relacionados ao tema, enfatizando políticas públicas, pobreza e programas sociais.

Após a hemeroteca elaborou-se o fichamento de livros relacionados ao tema para maior subsidio teórico e conhecimento, o que facilitou a construção do projeto de pesquisa.

O estudo se caracteriza por uma abordagem quali-quantitativa. O método qualitativo possibilitou colher dados das particularidades de cada família sobre a qualidade de vida do cidadão, seus valores e direitos e, o quantitativo, levantar dados objetivos relacionados ao perfil dessas famílias.

Minayo (2001, p. 22) sobre a pesquisa qualitativa, destaca:

Na pesquisa qualitativa aproximamo-nos da abordagem dialética, que propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais, que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo e a interioridade e a exterioridade como construtivas dos fenômenos.

Entende-se que a pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares, pois, possibilita abordar um nível de realidade que não pode ser quantificado, enquanto que a pesquisa quantitativa permite delinear o perfil do universo e os objetivos específicos do problema.

Moreira (2002, p.16) salienta que:

[...] os estudos de campo quantitativo (abreviadamente: pesquisa quantitativa) guiam-se pelo modelo de pesquisa conhecido como hipótese dedutivo. Este modelo diz o seguinte: o pesquisador parte dos quadros conceituais de referência bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que quer estudar.

Como instrumental de coleta de dados, utilizou-se a observação assistemática e a entrevista aplicada com base num formulário composto por perguntas abertas e fechadas, contendo questões que atendessem os objetivos da pesquisa, as quais foram respondidas pelos sujeitos.

A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano, apresentando como principal vantagem, que os fatos são percebidos diretamente sem qualquer intermediação. A entrevista foi realizada através de visita domiciliar, com agendamento prévio, a qual possibilitou a observação das condições habitacionais, renda familiar, trabalho, auto-estima, escolaridade e condições de saúde entre outras, cuja duração média foi aproximadamente vinte minutos.

A pesquisa transcorreu no ambiente familiar, com tranquilidade, pois, os sujeitos tiveram oportunidade de expressar em seus depoimentos e opiniões quanto ao atendimento e suas expectativas.

O universo da pesquisa são as 60 famílias cujos filhos participam do Programa Espaço amigo, cuja amostra probabilística foi 40% desse universo, sendo vinte e quatro famílias, as quais tiveram a mesma chance de serem escolhidas, portando, aleatoriamente participaram da pesquisa.

Segundo Martinelli (1999, p. 24) “o importante não é o numero de pessoas que vai prestar informações, mas o significado que estas têm em função do que está se buscando”.

Elaborou-se o instrumental de coleta de dados e no mês de junho aplicou-se o pré-teste, com cinco famílias, para verificação da pertinência do mesmo e verificou-se que o mesmo atendia os objetivos propostos, não havendo necessidade de alteração.

Sendo assim, durante os meses de julho e agosto aplicou-se a pesquisa propriamente dita, e, finalmente, realizou-se a tabulação e o tratamento dos dados, os quais foram analisados e interpretados com a teoria pesquisada, buscando sempre manter a maior fidedignidade do estudo.

Para facilitar a análise e a interpretação se categorizou os questionamentos em três eixos temáticos, a saber: perfil dos sujeitos; a importância do programa para as famílias; as mudanças ocorridas na vida dos filhos, após inserção no programa e, a importância do Serviço Social para o programa.

Finalmente, construiu-se a conclusão e as sugestões que o estudo apontou.

4.2 Resultados da pesquisa

4.2.1 Perfil dos Sujeitos

Inicia-se esse estudo pelo perfil dos sujeitos, pois se procura identificar a idade, sexo, estado civil, composição familiar, idade dos filhos, habitação, escolaridade, renda familiar, entre outros, para evidenciar a realidade dos pesquisados.

Observa-se no quadro 1, o qual abrange a faixa etária e verifica-se que treze sujeitos, possuem idade entre 25 a 35 anos, portanto encontram-se numa faixa etária reprodutiva, apesar de terem filhos em idade escolar como evidenciado no item 6.

De 25 anos a 35 anos	13
De 36 anos a 45 anos	06
De 46 anos a 55 anos	04
Acima de 56 anos	01
Total	24

Quadro 1 - Idade dos Sujeitos

Vale ressaltar que um responsável pelo filho possui 56 anos, logo idade superior aos demais sujeitos, demonstrando a responsabilidade de avós sobre os netos, características marcante na realidade brasileira.

Masculino	01
Feminino	23
Total	24

Quadro 2 - Gêneros dos Sujeitos

O quadro 2 demonstra que 23 dos entrevistados são mães, pois, na contemporaneidade as mulheres além de se inserir no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar, cuidam da casa, dos filhos e do marido. As transformações do mundo do trabalho afetam o ambiente familiar, é difícil para essas mães trabalhar, pois, precisam se dedicar no final de semana à casa para não afetar tanto o ambiente familiar. Nota-se que apenas um homem possui a responsabilidade da criação e educação dos filhos, pois a ele coube a guarda dos mesmos.

Quanto ao Estado Civil o quadro 3 demonstra que:

Solteiro	01
Casado	07
União Estável	06
Separado	07
Divorciado	03
Total	24

Quadro 3: Estado Civil

Nota-se que 13 sujeitos declaram ter uma família tida “normal”, ou seja, família nuclear, cuja responsabilidade está sobre o homem.

De 02 A 5 Membros	21
De 06 A 10 Membros	03
Total	24

Quadro 4: Composição Familiar

Considerando que no quadro 4 a família significa um conjunto de pessoas que vivem em geral na mesma casa, podendo ou não ter laços consangüíneos, devido à variabilidade existente hoje nas estruturas familiares, ao se levantar a composição familiar, afere-se que essas são compostas por pai, mãe e filhos, caracterizando a familiar nuclear.

De 01 A 2 Filhos	09
De 3 A 5 Filhos	15
Total	24

Quadro 5: Número de Filhos

No quadro 5, verifica-se que a grande maioria (15) possui de 3 a 5 filhos, demonstrando que muitas mulheres não têm ou tiveram a preocupação com a criação dos filhos com qualidade de vida, sendo assim, uma família numerosa dificulta o atendimento das necessidades básicas, contudo, ainda existem aquelas que se preocupa com o planejamento familiar como consta no quadro acima 9 sujeitos possuem de 1 a 2 filhos.

De 0 A 3 Anos	05
De 4 A 7 Anos	17
De 8 A 11 Anos	29
Acima de 12 Anos	14

Quadro 6: Idade dos Filhos

Observa-se no quadro 6, que a idade da maioria dos filhos (29) tem idade entre 8 a 11 anos, logo, numa faixa etária considerada criança segundo o ECA e a minoria possui de 0 a 3 anos.

Própria	16
Cedida	04
Alugada	04
Total	24

Quadro 7: Habitação

Na questão moradia, o quadro 7 mostra que a maioria (16) residem em casa própria, conseguida por financiamento ou herança, cabe ressaltar que muitas delas não estão com as prestações quitadas. Fica evidente que, na questão moradia, as famílias lançam mãos de estratégias variadas para conseguirem um teto.

Analfabeto	01
Ensino Fundamental Incompleto	14
Ensino Fundamental Completo	01
Ensino Médio Incompleto	06

Ensino Médio Completo	02
Total	24

Quadro 8: Escolaridade dos Sujeitos

Os dados do quadro 8 somente confirmam que a educação/ escolaridade no país é uma questão muito seria. Em pleno século XXI lamentavelmente, o analfabetismo ainda é comum. Os níveis de escolaridade desses sujeitos demonstram ser baixo, pois muitos deles não tiveram a oportunidade de completar o ensino médio, cujos motivos que levaram esses sujeitos ao não estudo, é que muitos deles tiveram que trabalhar para garantir seus meios de subsistência. Contudo, não tendo o primeiro grau completo, fator que dificulta sua inserção no mercado de trabalho, hoje tão escasso e tão exigente, essa população encontra-se exercendo função de domestica, trabalho informal e ou desempregados, como aponta o quadro 9 e 10.

Doméstica	10
Trabalho informal ou desempregado	14
TOTAL	24

Quadro 9: Situação Funcional

SIM	06
NÃO	18
TOTAL	24

Quadro 10: Carteira de Trabalho

Analisando o quadro 9 e 10 se verifica que a maioria estão desempregados, o auto índice de desemprego no país deixa a sociedade apreensiva em relação ao futuro. O problema é grave e se agrava a cada dia. Mais e mais pessoas são demitidas do emprego, sem perspectiva de volta ao trabalho. Sua situação pessoal, familiar e social se deteriora, pois o desemprego afeta a vida da população menos favorecida, financeiramente, psicologicamente e também fisicamente, ao ponto das mesmas não conseguir produzir bens e serviços.

A onda de desemprego atinge proporções alarmantes, ocasionando o desequilíbrio

familiar, pois ficar desempregado no Brasil é quase sempre um passaporte para a miserabilidade e degradação, pois não existe nenhum amparo social que permita que os expulsos do mercado de trabalho, tenham a mínima segurança para reorganizar sua vida.

Quanto à renda familiar o quadro 11 aponta:

Menos de 1 Salário Mínimo	04
1 Salário Mínimo	10
De 1 A 2 Salários Mínimos	08
De 2 A 4 Salários Mínimos	01
Acima de 4 Salários Mínimos	01
Total	24

Quadro 11: Renda Familiar

A renda familiar predominante nessas famílias versa entre 01 a 03 salários mínimos, a maioria das famílias pertence a uma classe baixa, apesar de ser família nuclear, onde pai e mãe trabalham, porém ambos não conseguem proporcionar à família uma vida digna e com qualidade.

4.2.2 A Importância do Programa Espaço Amigo

A importância dos programas sociais para as famílias vulnerabilizadas, está na imposição do sistema capitalista, que não lhes possibilitam condições de se auto sustentarem, de educarem seus filhos, como determina a Constituição Federal de 1988.

Nesse estudo sobre o Programa Espaço Amigo, procura-se desvelar como os pesquisados vêm esse programa, bem como ficaram sabendo da existência desse e os depoimentos evidenciam:

“Procurei o programa por causa das tarefas”. (S1, Feminino, 33anos)

“Eu procurei o programa porque meu filho não parava em casa”. (S2, Feminino, 27 anos)

“Eu procurei para meu filho não ficar pelas ruas”. (S4, Feminino, 40 anos)

“Procurei porque eu trabalho e não tenho onde deixar minha filha”. (S13, Feminino, 42anos)

A busca pelo programa se dá pela necessidade das famílias, em situação de vulnerabilidades, ter um local seguro e saudável como espaço para deixar seus filhos e, obviamente, como consequência, saber quais as expectativas de tais pais sobre o Programa Espaço Amigo também foi investigado e revelam:

“Ensinar mais, colaborar na educação, pra que melhore nas notas”. (S1, Feminino, 33 anos)

“Espero que o programa Espaço Amigo ajude minha filha a melhorar nas atividades escolares, porque têm bastante dificuldade” (S 6,Feminino,32)

“Espero que minha filha melhore no comportamento sujeito”. (S 9, Feminino, 35 anos)

“Espero, que o programa Espaço Amigo faça meu filho melhorar cada vez mais”. (S 14, feminino, 31 anos)

Percebe-se que os sujeitos vêem o Programa Espaço Amigo como a possibilidade de transformação da vida dos filhos, acreditando ser a alternativa para suprir aquilo que, enquanto pais, não dão conta de assumir.

Quanto à importância do programa afirmam:

“É importante porque minha filha aprende a ter mais educação com os mais velhos”. (S 4, Feminino, 40 anos).

“É importante porque minha filha aprende mais as atividades da escola”. (S18, Feminino, 30 anos)

“É importante porque não tenho onde deixar meu filho”. (S19,

Feminino, 29 anos)

Ratificam pela importância do programa como alternativa para tirar as crianças da rua, colaborar para construção de novos valores sociais, além de trazer tranquilidade, pois podem sair para trabalhar sabendo onde os filhos se encontram e o que estão fazendo, não ficando à mercê das maledicências que estão postas nas ruas.

Ao diagnosticar como souberam do programa revelam que:

“Fiquei sabendo do programa Espaço Amigo através da escola”. (S1, Feminino, 33 anos)

“Soube do programa através do radio”. (S 5, Feminino, 35 anos)

“Fiquei sabendo através de uma amiga da igreja”. (S 19, Feminino, 29 anos).

“Fiquei sabendo no meu trabalho”. (S 22, Feminino, 47 anos)

Nota-se que a divulgação do programa se dá pela própria comunidade ou pelos meios de comunicação, ratificando que a maior propaganda quem faz é o próprio usuário, quando se tem um bom trabalho, pois, caso contrário, este não seria procurado.

Ao se conhecer o que o programa significa para os sujeitos, revelam:

“Significa que a minha filha tenha um futuro melhor”. (S2, Feminino, 27 anos)

“Significa para mim uma melhor educação para minha filha”. (S 5, Feminino, 35 anos)

“Significa para mim um benefício”. (S7, Feminino, 33 anos)

“O programa significa uma ajuda na disciplina de minha filha”. (S 20, Feminino, 33 anos)

Os sujeitos demonstram a grande significância que o programa tem, pois esperam

tudo dele, desde a educação até a possibilidade de um futuro melhor para os filhos, pois têm consciência que não dão conta de educar e prepará-los para um futuro promissor.

4.2.3 Mudanças ocorridas na vida dos filhos

Nota-se que o programa Espaço Amigo é um colaborador na educação dos filhos, no respeito e repasse de valores, logo, percebe-se que o programa propicia uma colaboração na formação dos filhos.

Quando questionados se houve mudanças na vida dos sujeitos, os depoimentos demonstram:

“Na vida da minha filha mudou na educação e no respeito”. (S1, Feminino, 33 anos)

“Minha filha mudou na organização da casa”. (S16, Feminino, 28 anos)

“Na vida da minha filha mudou na responsabilidade”. (S 17, Feminino, 47 anos)

“Na vida de minha filha mudou no compromisso com as tarefas escolares”. (S18, Feminino, 30 anos)

As atividades desenvolvidas pelo programa têm por objetivos possibilitar mudanças de comportamento e atitudes, pois a participação é o instrumento mais adequado para construção da cidadania, é ela que dá consistência para busca de alternativas coletivas, que cria espaços, tira da dependência, encoraja para as lutas de suas necessidades, sem submissão. (DEMO, 1995, p.42)

Relatam mais respeito, maior valorização da família e maior comprometimento com a escola, como mudanças ocorridas.

Quanto à contribuição do programa na formação dos filhos, os dados apontam que:

“Contribuiu para que minha filha tenha mais interesse no estudo”. (S11, Feminino, 37 anos)

“O programa Espaço Amigo contribuiu ensinando no que é certo e errado”. (S12, Feminino, 25 anos)

“Contribuiu, para que meu filho não ficasse mais na rua”. (S 15, Feminino, 51 anos)

“Contribuiu no comportamento”. (S 18, Feminino, 30 anos)

Os depoimentos apontam que o programa contribuiu para mudanças positivas na vida deles, havendo crescimento pessoal, crescimento grupal e valorização da vida.

Quanto as dificuldade dos filhos na participação do programa afirmam:

“A dificuldade que a minha filha tem para participar do programa é porque ela gosta de ficar na rua” (S 8, Feminino, 51 anos)

“A dificuldade é a distancia” (S 9, Feminino, 35 anos)

“A dificuldade que meu filho tem de participar do programa é a falta de interesse” (S 18, Feminino 30 anos)

Souza (1999, p.37) considera que “a participação não é questão do pobre do miserável, do marginal”, por isso deve ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais. Portanto, deve ser sim, facilitadora da construção política, capaz de dar visibilidade aos excluídos e ao mesmo tempo sustentabilidade a ação profissional para trabalhar com qualificação da cidadania, criando meios para que esta ocorra com a menor dificuldade possível.

Nessa realidade nota-se que realmente o programa é muito mais interessante aos pais do que para os filhos, carecendo de alterações para se tornar mais atrativo e interativo. Sabe-se também que, a participação se constrói através de um processo técnico metodológico, que requer envolvimento tanto do profissional quanto do sujeito.

Quanto à satisfação em participar do Programa Espaço Amigo e o porquê, os sujeitos relatam que:

“Minha filha gosta de participar do programa porque a trata muito bem” (S13, Feminino, 42 anos)

“Meu filho gosta de participar por causa das monitoras” (S 15, Feminino 51 anos)

“Minha filha gosta de participar do programa por causa das coleguinhas” (S16, Feminino, 28 anos)

“Meu filho gosta de participar do programa por causa dos passeios” (S 22, Feminino, 47 anos)

A convivência social tem grande relevância, principalmente para os pré- adolescentes e adolescentes, pois é através dela que partilham conhecimentos, experiências, sendo um processo de engajamento, que quando organizado e bem trabalhado, torna-se responsável pela criação da autonomia e libertação da alienação.

Para Bordenave (1985, p.84) a participação social é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas, pois, o ser humano possui necessidades óbvias, como pensamento reflexível e auto valorização e, no programa, fica evidenciado que existem atividades pontuadas pelos participantes.

4.2.4 A importância do Serviço Social no Programa Espaço Amigo

O Serviço Social é uma profissão que constitui uma prática profissional de caráter operativa, historicamente, reconhecida e legitimada pelas ações que desenvolve em oposição à manutenção material e ideológica do capitalismo.

Nesse estudo, procura-se saber, se os sujeitos conhecem o Serviço Social e como o apreendem. Detecta-se que partes dos participantes alegam conhecer o Serviço Social, pois ao serem questionadas sobre como o conheceram apontam:

“Sim, conheço, procurei o Serviço Social para ser incluído no programa”. (S1, Feminino, 33 anos)

“Sim procurei o Serviço Social para me informar sobre os programas existentes”. (13 Feminino, 42)

“Mais ou menos, sim, procurei para incluir meu filho no Programa Espaço Amigo”. (S 21, Feminino, 52 anos)

“Sim procurei o Serviço Social para a inclusão no Programa Bolsa Família e no Programa Espaço Amigo”. (S 24, Feminino, 40 anos)

A busca pelo programa é que os levaram até o Serviço Social, pois percebe-se que as ações do programa estão possibilitando o exercício de cidadania, porém é de grande relevância que os sujeitos tenham a atenção e defesa dos seus direitos, da dignidade humana, que tenham um longo alcance na medida em que, enquanto homens, têm fragilidades quando a própria sociedade acaba gerando exclusões.

Os sujeitos conhecem o Serviço Social e reconhecem a sua importância junto ao Programa Espaço Amigo.

Considerando a responsabilidade e o compromisso ético-político que o Serviço Social deve ter com seus usuários, ao se perguntar quais as expectativas que possuem com relação ao Serviço Social, relatam:

“Eu gostaria que pudesse colocar uma pessoa pra me ensinar a escrever pelo menos meu nome” (S 1, Feminino, 33 anos).

“Gostaria que o Serviço Social aumentasse as vagas para o Programa Espaço Amigo” (S3, Feminino, 29 anos)

“Gostaria que o Serviço social pudesse implantar programas de cursos profissionalizantes” (S 9, Feminino, 35 anos)

“Gostaria que o Serviço Social me incluísse no Programa Renda Cidadã”. (S 23, Feminino, 38 anos)

Apesar dos cursos serem desenvolvidos com qualidade e competência e atender com satisfação as necessidades dos sujeitos, conhecerem suas expectativas também são compromisso profissional, e nota-se que os sujeitos têm interesse e expectativas, pois, estão preocupados com o futuro. Perante as atividades que estão desenvolvendo e as que esperam desenvolver, almejam atividades que os possibilitem maior empregabilidade e rentabilidade, além de obter maiores conhecimentos e experiências para a sua inclusão no mercado de trabalho e ou formas de sobrevivências na informalidade, setor crescente e reconhecido na sociedade hoje, por ser, senão a única, umas das alternativas para a sobrevivência dos menos favorecidos.

Quanto à contribuição que o Serviço Social trouxe ao sujeito percebe-se que:

“A contribuição que o Serviço Social trouxe para minha família foi a minha casa, através de um convenio com a caixa Federal”. (S 1, Feminino, 33 anos)

“O serviço Social contribuiu na inclusão no Programa Renda Cidadã”. (S4, Feminino, 40 anos)

“O Serviço Social contribuiu no aumento da minha renda familiar” (S8, Feminino 51 anos)

“O Serviço Social contribuiu com cesta básica e a inclusão do meu filho no Programa Espaço Amigo”. (S 3, Feminino, 29 anos)

Partindo da expectativa que a finalidade do Serviço Social é impulsionar o processo de inclusão social das famílias, visando à melhoria de qualidade de vida, a capacitação e favorecer o desenvolvimento pessoal e social, bem como o acesso e usufruto aos bens e serviços nota-se que o Serviço Social está conseguindo, mesmo que timidamente, atingir seus objetivos, pois há o reconhecimento que trás contribuições nas relações sociais, na geração de renda, hoje necessária para sobrevivência e ou contemplação dela.

Quanto à importância do trabalho do Serviço Social no Departamento de Assistência Social os sujeitos pesquisados relatam:

“A importância do trabalho do Serviço Social no Departamento de Assistência Social é o atendimento”. (S5, Feminino, 35 anos)

“A importância do trabalho do Serviço Social no Departamento é para administrar os programas”. (S 6, Feminino, 32anos)

“A importância do trabalho do Serviço Social no Departamento é porque esclarece nossas duvidas”. (S19, Feminino, 29 anos)

“È importante no Departamento o trabalho do Serviço Social porque faz a inclusão nos programas sociais”. (S14, Feminino, 31 anos)

Reconhecem a importância do Serviço Social como uma ação profissional que abre espaços para o exercício da cidadania e nesta perspectiva, se considera Sposati, (1995, p. 32) quando afirma que vêem na Assistência Social uma política voltada aos pobres, e que mediante ao grau de pobreza amplia-se às necessidades de auxílios e usufrutos dos serviços sociais, colocando-a no campo de distribuidor de serviços sociais.

CONCLUSÃO

Os programas sociais constituem-se de atividades planejadas, é uma matriz de orientação que transmite a execução com o modelo de pratica ou de operacionalização, criados para serem desenvolvidos com competência e qualidade, atendendo com satisfação as necessidades dos usuários. .

Como parte de programas sociais referencia-se o Programa Espaço Amigo, que tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de forma permanente à criança, em situação de vulnerabilidade social e interpessoal e suas famílias, possibilitando-lhes condições para emancipação e autonomia.

Nesse estudo, com objetivo de desvendar os motivos que levam os pais a buscarem o Programa “Espaço Amigo” do Departamento de Assistência Social do Município de Iacanga e a importância do Serviço Social nessa realidade, tendo como objetivos específicos: Identificar o perfil das famílias que buscam o Programa “Espaço Amigo”; Verificar a importância do Programa “Espaço Amigo” na vida das famílias; Revelar as mudanças ocorridas na vida dos filhos, após inserção no Programa “Espaço Amigo”; Evidenciar a importância do Serviço Social no Programa “Espaço Amigo.”

Os resultados apontam que essas famílias vulnerabilizadas têm como perfil, a situação sócio-econômica precária, favorecendo os conflitos familiares, pois a maioria vive em

condições de trabalho informal, ou quando não, desempregados, o que ocasiona o desequilíbrio familiar.

São sujeitos do gênero feminino (mães), chefes e mantenedora da família, cuja idade varia entre 25 à 35 anos, portanto, encontram-se numa faixa etária reprodutiva, treze delas são casadas ou possuem união estável, ou seja, famílias compostas por pai, mãe e filhos, o que caracteriza a familiar nuclear.

São famílias constituídas de 2 à 5 membros, tendo de 3 à 5 filhos, cuja faixa etária varia entre 8 à 11 anos, residem em casa própria, conseguida por financiamento ou herança, o que muitas vezes contribui para não piorar ainda mais a situação econômica da família, pois a renda familiar nunca ultrapassa a três salários mínimos, e ainda se tivessem aluguel a precariedade aumentaria em muito.

Os programas sociais para famílias vulnerabilizadas, estão na imposição do sistema capitalista que não lhes possibilitam condições de se auto-sustentarem, de educar seus filhos, como determina a Constituição Federal de 1988.

O estudo demonstra que o Programa “Espaço Amigo” é reconhecido como um local seguro e saudável para deixar os filhos, livrando-os da rua e tendo auxílio nas tarefas escolares.

Percebe-se que os sujeitos vêem o Programa Espaço Amigo como a possibilidade de transformação na vida dos filhos, acreditando ser a alternativa para suprir aquilo que, enquanto pais, não conseguem dar conta.

Portanto, o programa é uma alternativa para tirar as crianças da rua, colaborar para construção de novos valores sociais, além de trazer tranquilidade, pois saem para trabalhar sabendo onde os filhos se encontram e o que estão fazendo, não ficando à mercê das maledicências que estão postas nas ruas, evidenciando mudanças positivas de comportamento e atitudes nos filhos, reconhecem crescimento pessoal, grupal e valorização da vida por parte desses.

O Serviço Social como profissão interventiva é reconhecido pelos pais, nas atividades que estão desenvolvendo nos filhos e almejam atividades que os possibilitem maior empregabilidade e rentabilidade, além de obter maiores conhecimentos e experiências para inclusão no mercado de trabalho e ou formas de sobrevivências na informalidade, setor crescente e reconhecido na sociedade hoje, por ser umas das alternativas para a sobrevivência dos menos favorecidos, impulsionador do processo de inclusão social dessas famílias, para que possam ter melhorias de qualidade de vida, favorecendo o desenvolvimento pessoal e social, bem como o acesso e usufruto aos bens e serviços.

O Serviço Social valendo-se de uma metodologia em constante processo de

construção e da correlação da práxis intervém nos planos macro e micro social, através do comprometimento ético e sócio político para como os usuários, demonstrando através das suas ações, mesmo que com pouca visibilidade para os usuários, que nessa realidade está conseguindo, mesmo que timidamente, atingir seus objetivos, pois há o reconhecimento que trás contribuições nas relações sociais, na colaboração da educação dos filhos.

Ressalta-se que o Serviço Social contribui para o acesso à participação e a cidadania da criança e do adolescente, através de um processo reflexivo acerca da realidade evidenciada, utilizando-se do instrumental operativo e principalmente, de um processo de avaliação da pratica, o qual proporciona condições para repensar, aprimorar e reavaliar a metodologia utilizada.

Desta forma, evidencia-se que a hipótese sugerida foi comprovada, pois, o desemprego assola grande parte dessa população, principalmente aqueles que não têm a qualificação que o mercado exige.

O cotidiano dessas famílias vulnerabilizadas, cuja situação sócio-econômica é precária, favorece também, os conflitos familiares, conseqüentemente, a violência doméstica, faz com que os pais busquem o Programa Espaço Amigo como alternativa para as crianças não ficarem na rua, à mercê de riscos sociais como: más companhias, criminalidade, evasão escolar, drogadiçao, entre outros.

Muitos dos pais ou responsáveis trabalham de forma formal ou informal, para ter a subsistência da família, não tendo condições suficientes para mantê-los, em horário complementar a escola, em condições saudáveis para seu desenvolvimento, daí acreditam que transferem sua responsabilidade para o programa pois ofereça, aos participantes, condições de exercer a cidadania, por meio de uma educação de qualidade, sendo lugar de vida, alegria e, sobretudo de sucesso e de realização pessoal para as crianças, oferecendo atrativos e estímulos para participar, isentando-os da responsabilidades de educarem e acompanharem a educação dos filhos, livrando-os das maledicências das ruas.

A pratica profissional do assistente social é pautada no Projeto Ético Político e no Código de Ética, sendo um profissional atualizado, coerente e eficaz, direcionando seu agir aos princípios básicos da emancipação, efetivação dos direitos sociais, busca da autonomia, luta pela liberdade, através de ações interventivas e propositivas, dando condições de desenvolvimento e potencialização a esses sujeitos, respeitando-os como sujeitos do processo faltando portanto, na visão dos sujeitos, maior inserção em cursos que lhes possibilitem rentabilidade e conseqüentemente autonomia.

SUGESTÕES:

□□Ampliar o espaço físico, onde as crianças do Programa Espaço Amigo possam ter um ambiente apropriado.

□□Formar uma equipe de profissionais qualificados, para proporcionar um aprendizado com qualidade.

□□Implementar as ações desenvolvidas pelo Programa, focando especialmente a educação e o lazer da criança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. L.O neoliberalismo e a Peléia com o Social. **A Escola Publica suas Relações Humano-sociais e Relacionais:** modulo I. UNESP, 1997, 33-38 p.

ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo da trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p.78-86, abr.1996.

ARIES, P. **Historia social da criança e da família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.279 p.

AVANTE, R. **As novas possibilidades de atuação do Assistente Social junto aos Programas de geração de renda.** 2001. p. 24

BARROS, Z. O Serviço Social, educação e cidadania. **Revista Leopoldianum.** São Paulo: Universitária, 1998.

BRASIL.**Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília (DF) 05 out. 1988

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** 8ed. São Paulo, 261p.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome.** 2004,p.180.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: Carvalho, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Moderna, 1995. p.35-37.

BORDENAVE, J. E. D. O que é Participação. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUFFA, E.et al. **Educação e cidadania**-quem educa o cidadão? São Paulo, Cortez, 1987.

CARCANHOLO, M. D. **A quem pertence o amanhã?** Ensaios sobre o Neoliberalismo. São Paulo: Loyola, 1997.

COCCO, G. **Trabalho e cidadania:** produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

CAMPOS, R. O. Educação e planejamento. In: **Educação para o Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Reper,1998,15-25 p.

CARMO, P. S. **A ideologia do Trabalho.** São Paulo: Moderna, 1992. CARVALHO, M.

B. Família brasileira, a base de tudo. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, M.C.B. et al. **Serviços de proteção social às famílias.** São Paulo: IEE/ PUC-SP. Brasília: Secretaria de Assistência Social / MPAS, 1996. (Série Programas e Serviços de Assistência Social).

COUVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. 3. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos).

DEMO, P. **Charme da exclusão social, polemicas do nosso tempo**. Campinas: Voz, 1995.

DIAS, M. L. **Vivendo em família, relação de afeto e conflito**. São Paulo: Moderna, 1992.

FERRARI, I. et al **Historia do Trabalho, do Direito do Trabalho e da Justiça do trabalho**. São Paulo: 1998.

GUERRA, Y. A. D. **Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

INOUE, R. E. **Estatuto sobre o programa núcleo de apoio a família NAF Nova Bauru**. 2005. p. 33

JULIANELLI, E. **Efetivação da cidadania no Programa Garoto Cidadão**, 2005. p. 24

KALOUSTIAN, S. M. **Familia brasileira: a base de tudo**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOAS. **Lei Orgânica da Assistência Social** (1993), no parágrafo único do artigo 2º

LOPES, M. H. C. O tempo do SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, VOLUME OU NUMERO? p. 76-95 Set. 2006.

MALDONADO, M. T. **Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir** 25 ed. São Paulo: Saraiva 2000.

MARTINELLI, M, L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, J. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, R, B. **Metodologia Científica: como tornar mais agradável a elaboração de trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Juruá, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis, 2001. 80p.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002. 149p.

MUNIZ, E. Desafios e Impasses da Descentralização da Política da Assistência Social. **Revista Construindo Serviço Social**, n. 9, p.77-108, dez. 2001.

PAIVA, B, A. O SUAS e os direitos socioassistenciais, a universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**. p. 5-24, set. 2006.

PNAS, Plano Nacional de Assistência Social. 2004,p. 181. PRADO,

D. **Que é família**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense,1988.

POCHMANN, M. **Atlas da exclusão social**. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: 2004.

SALES, M. A. (Org.). **Política Social, uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004.

SINGER, P. O. **Capitalismo**: sua evolução sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SODRÉ, N. W. **A farsa do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia,1996.

SOUZA,H.M.L. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**: São Paulo: Cortez, p.37, 1999.

TEIXEIRA, F. J. S; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

TRIPODI, T. **Avaliação de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

SPOSATI, A.O. (Org.). **Renda mínima e crise mundial**: Saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997.

SPOSATI, A.O .et.al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: Uma questão de análise.5 ed. São Paulo: Cortez,1995.

YAZBEK, M. C. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ. 2000.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1996.